

A blue-tinted photograph of a construction site. In the background, there are multi-story buildings under construction, heavily encased in metal scaffolding. In the foreground, several construction workers wearing light-colored shirts, trousers, and wide-brimmed hats are engaged in various activities. Some are standing and talking, while others are near workbenches or materials. The ground is dusty and cluttered with construction debris and tools. The overall scene conveys a sense of busy, manual labor.

ENTRE A CASA E O TRABALHO

ESPAÇOS
PARA
REPRODUÇÃO
DA VIDA

VIVIANE ZERLOTINI DA SILVA

ENTRE A CASA E O TRABALHO

espaços para a reprodução da Vida

VIVIANE ZERLOTINI DA SILVA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Zerlotini da Silva, Viviane

Entre a casa e o trabalho : espaços para reprodução da vida / Viviane Zerlotini da Silva. --

1. ed. -- Belo Horizonte : Ed. do Autor, 2020.

ISBN 978-65-00-11127-9

1. Arquitetura 2. Arquitetura - Aspectos sociais 3. Espaço (Arquitetura) 4. Urbanismo I. Título.

20-47443

CDD-720

Índices para catálogo sistemático:

1. Arquitetura e urbanismo 720

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

ENTRE A CASA E O TRABALHO

espaços para a reprodução da Vida

VIVIANE ZERLOTINI DA SILVA

Colaboração Marlene Machado Zica Vianna

Revisão de texto Lais Grossi de Oliveira

Marlene Machado Zica Vianna

Projeto gráfico Lais Grossi de Oliveira

Priscila Musa

SUMÁRIO

07

Apresentação

10

Os espaços
de trabalho
alienado

16

Em busca do
sentido da
produção do
espaço

28

A histórica
luta pela
terra

39

A luta pela
reprodução
ampliada da
vida

45

Quando
moradia
e trabalho
viram vida

72

Das práticas
coletivas e das
lutas políticas:
estratégias da
autoprodução
do espaço

48

Coletivo
Produtoras
Rurais

113

As práticas
políticas de
produção do
espaço

54

Coletivo
Bordadeiras

121

Referências

60

Coletivo
Triadoras

123

Glossário

66

Coletivo
Artesãos

I. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que financiou minha bolsa de doutorado e também a publicação deste caderno.

APRESENTAÇÃO

Esta publicação se origina da pesquisa realizada para o meu doutorado em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Minas Gerais¹, entre 2011 e 2014. Nesses anos, investiguei a produção do espaço por coletivos de trabalho em Minas Gerais. Para isso, acompanhei as atividades cotidianas de artesãos, bordadeiras, triadoras e produtoras rurais em diferentes lugares.

Artesãos e bordadeiras trabalham em casa. Reúnem-se em centros de apoio e mostram seus produtos em feiras de ruas. As triadoras, nos galpões de triagem de resíduos sólidos, separam o material reciclável, que é recolhido pelas ruas da cidade. Produtoras rurais trabalham juntas na construção de suas casas, na cozinha, na fábrica de costura, em suas lavouras. Elas dançam, cantam e ensaiam no salão de encontro e divulgam suas conquistas em feiras e eventos, dentro e fora da comunidade.

Esses espaços estão por toda a parte e são produzidos pelos trabalhadores em seu dia a dia. Enquanto nós, arquitetos, separamos espaços — cada um com uma função —, cabe a eles articular tais espaços no cotidiano.

O foco deste texto é tentar revelar os traços que caracterizam a maneira como as iniciativas populares produzem o seu próprio espaço. Isso significa compreender que esse processo de produção é feito pelos trabalhadores no dia a dia. É o que chamamos autoprodução do espaço.

O trabalhador produz o espaço quando dá um outro uso ao espaço planejado pelo arquiteto urbanista. Os comerciantes ambulantes e artistas de rua criam espaços quando ocupam as calçadas, desenhadas pelos técnicos especialistas para o exclusivo deslocamento de pedestres. O morador de uma cidade produz o seu próprio espaço quando constrói sua casa em assentamentos populares em vilas, favelas, loteamentos, etc. Esse mesmo morador produz espaço quando ocupa a rua para uma manifestação ou para exigir os seus direitos. **A autoprodução do espaço é uma prática política!**

Os membros dos coletivos de trabalho se unem para garantir as condições de sua existência, e, em maior ou menor grau, suas atividades e a maneira como produzem espaço se opõe às relações sociais de opressão. Desigualdade, dominação, exclusão e exploração são exemplos de situações de violência que os coletivos enfrentam no seu dia a dia. Essas situações são típicas de relações capitalistas, patriarcais e racistas.

Os coletivos fazem parte da chamada economia popular, da qual participam as atividades de trabalho dos artesãos, das triadoras de resíduos sólidos urbanos, bordadeiras e costureiras. São trabalhadores que pertencem a classes populares.

A economia popular tem a ver com a vida e não apenas com a produção de mercadorias e serviços. Quando as atividades dos coletivos de trabalhadores levam em consideração o cuidado e a proteção, mulheres e homens encontram outros modos de viver e resistem às condições incertas de simples sobrevivência. Eles resistem, portanto, a relações opressoras de gênero, raça ou de classe.

Os espaços dos coletivos de trabalhadores são vários! Eles são fábricas, casas e ruas. Neles, mulheres e homens se dedicam a diferentes atividades. Quanto mais essas atividades são articuladas entre si, mais os coletivos estão liberados das antigas condições de violência. Eles não se limitam à atividade de produção e combinam atividades sociais, culturais e de formação.

A forma elementar de organizar a reprodução da vida corresponde a uma unidade doméstica ou de vizinhança, onde os coletivos trabalham para promover o cuidado e a proteção de seus membros. Nessa forma elementar, predomina a produção do espaço comum como prática política.

OS ESPAÇOS DE TRABALHO ALIENADO

Os espaços de trabalho da economia capitalista são planejados para conseguir lucro. Nas cidades, há trabalhadores concentrados em galpões de fábrica e dispersos em suas casas. Casas, em que há atividades de moradia e trabalho, são chamadas de fábricas de fundo de quintal.

Nos galpões, é importante controlar o trabalho para garantir a máxima produção em um tempo mínimo. Os trabalhadores não têm a posse do espaço, nem das ferramentas e, muito menos, das mercadorias que eles produzem. Recebem um salário que vale muito menos que a riqueza alcançada pelo seu trabalho. Até pouco tempo atrás, os galpões eram espaços típicos da chamada Economia Formal, e as relações entre proprietário e trabalhador eram determinadas por um contrato regulado pelas leis trabalhistas². Assim, o coletivo de trabalhadores está sob o controle direto do patrão.

2. Quando escrevi este texto, em dezembro de 2017, estava em curso um plano estratégico — após o golpe do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff — de retirada dos direitos dos trabalhadores e uma ameaça da previdência pública. De modo geral, os direitos dos trabalhadores têm sido ameaçados desde o retorno do liberalismo nos anos 90, ou do Estado Mínimo. Assim, não é raro encontrar mão de obra barata e malpaga, centralizada em galpões, operando de forma pouco segura e informal, sem direitos trabalhistas assegurados.

Esses direitos foram consolidados, na década de 30, pelo governo de Getúlio Vargas. Com o objetivo de modernizar o Brasil através da industrialização, as leis trabalhistas passaram a assegurar uma jornada de oito horas, a regulação do trabalho da mulher e do menor; a lei de férias, a instituição da carteira de trabalho e do direito a pensões e

3. A tradução de *putt-outing* é "colocar para fora" em uma referência à produção doméstica para ser vendida e consumida fora do território onde foi produzida.

Nas casas — ou fábricas de fundo de quintal —, é importante reduzir os custos de produção de mercadorias e serviços e repassar esses custos para os trabalhadores, que têm a posse do espaço e das ferramentas. Sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas, eles continuam produzindo mercadorias para o capitalista em espaços da Economia Informal. Nesse caso, as famílias estão indiretamente controladas pelo patrão, pois ele somente paga pelo trabalho se as mercadorias forem produzidas segundo seu critério de qualidade e no prazo pré-estabelecido. Esse tipo de trabalho é semelhante àquele que era feito em indústrias domésticas na Europa, entre os séculos XVI e XVIII, e recebeu o nome de *putt-outing*³.

Ele transformou as indústrias caseiras do campo e as oficinas dos artesãos das cidades em empresas familiares (Marx, 2010 [1859]). A base desse tipo de trabalho está no controle da distribuição de matéria-prima, ferramentas e produtos pelo capitalista mercador. A produção propriamente dita continua sendo realizada em casa. Como os produtores não têm acesso ao mercado, o capitalista lhes entrega a matéria-prima e tem

à aposentadoria. O principal objetivo dessas leis não era proteger os direitos do trabalhador — como se dizia na época. O principal objetivo era, de fato, obrigar esse trabalhador, recém-chegado do campo, a se submeter à disciplina do trabalho duro e mal pago nas fábricas das cidades.

O salário mínimo não era suficiente para garantir a moradia na cidade. O que não é diferente dos dias de hoje...

Ter uma carteira assinada era atestado de que o trabalhador era um cidadão do bem. Quem não tinha carteira assinada era considerado vagabundo. Desde então, há uma ideia incorreta de que o trabalho manual na roça ou na cidade é antiquado. Assim, aqueles que, no campo ou na cidade, trabalham, mas não têm carteira de trabalho, são vistos de maneira depreciativa.

o direito de comprar os produtos com exclusividade.

Nas modernas indústrias caseiras, o capitalismo submeteu essas empresas à sua autoridade patriarcal. No espaço privado da casa, é importante diminuir os custos de produção da chamada mercadoria "trabalhadores", para aumentar o lucro do capitalista. O trabalho doméstico, quase sempre realizado por mulheres, garante as condições de sobrevivência dos trabalhadores. Isso significa dizer que elas trabalham indiretamente para o patrão, pois, desse modo, ele pode pagar um preço baixo pelo produto, que foi produzido a um custo reduzido.

Os galpões de fábrica, que se dedicam exclusivamente à produção, não existem sem espaços dispersos das empresas domésticas: as casas. Esses galpões e essas casas são espaços de concentração ou dispersão de trabalhadores, nos quais é importante produzir mercadorias, e não promover a vida. O trabalho passa a ser um fardo, e ele é visto como fonte de renda para garantir as condições mínimas de sobrevivência.

Mas por que o trabalhador aceita a tarefa pesada do trabalho duro? Para ele, tornar-se burguês é a única forma de alcançar emancipação das condições de pobreza. É uma ilusão, pois esse estilo de vida entende os recursos, indispensáveis para garantir a vida na terra, como mercadorias a serem compradas pelo trabalhador.

Compra-se tudo! Compra-se terra, água e comida! E cada vez que o trabalhador compra uma mercadoria essencial para a vida, na verdade, torna-se mais pobre. Terra, água e comida são bens de direito, e não bens de consumo. O trabalho duro, que aborrece, que não tem sentido é denominado de **trabalho alienado**.

O QUE É TRABALHO ALIENADO?

Se compararmos o trabalho de construção dos povos indígenas com o de um pedreiro, iremos perceber diferenças significativas:

- o indígena trabalha em troca de um bem comum – garantia de vida plena dos membros de sua aldeia; o pedreiro trabalha em troca de um salário – garantia de sua sobrevivência;

- o indígena trabalha o tempo mínimo necessário para produzir o que vai além das necessidades de seu povo; o pedreiro trabalha o tempo máximo necessário para produzir renda para seu patrão;

- o indígena trabalha coletivamente, de acordo com suas habilidades e as habilidades dos membros de sua aldeia; o pedreiro também trabalha coletivamente, porém segundo um plano feito pelo patrão;

- o indígena está presente em todo o processo de produção do espaço: planeja, realiza, usa e mantém o espaço; o pedreiro trabalha somente na execução da construção;

- o indígena conhece todo o processo de trabalhar o material: a madeira, a palha, a pedra, desde a extração desse material até o seu emprego; o pedreiro trabalha em uma única etapa do processo, em atividades parceladas: um pedreiro ergue a parede de alvenaria, outro executa o reboco e assim por diante;

- o indígena tem a posse das ferramentas para a construção; o pedreiro não, pois elas pertencem ao patrão;

- o indígena constrói e usufrui dos espaços; o pedreiro constrói e não usufrui dos espaços, pois este pertence ao patrão;

- o indígena constrói a aldeia; o pedreiro constrói somente a edificação;

- o indígena pertence à aldeia e se sente responsável por ela; o pedreiro não tem a posse do produto do seu trabalho, a edificação, que é estranha a ele;

- o indígena constrói com os recursos da natureza, retirando dela o necessário; o pedreiro emprega recursos de outro lugar, desconhece o lugar de onde são retirados os materiais para a construção e quais os efeitos que essa extração e o transporte dos materiais provocam no meio ambiente;

- o indígena ocupa o seu território para tirar dele os recursos que são necessários para a vida da sua tribo na aldeia; o pedreiro mora em um lugar e trabalha em outro e certamente ir de casa ao trabalho leva tempo e fica caro.

FIGURA 01

Construção de casa na aldeia Kamayurá, Parque Nacional do Xingu, 1978

Fonte Acervo pessoal Milton Guran

Direitos Autorais Milton Guran





FIGURA 02

Família de índios,
Pará, 1894

Fonte Acervo
Instituto Moreira
Salles (IMS)

Direitos Autorais
Paul Ehrenreich/
Convênio
Instituto Moreira
Salles – Leibniz-
Institut fuer
Laenderkunde,
Leipzig

EM BUSCA DO SENTIDO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

É fácil verificar que o pedreiro que vende sua força de trabalho percebe que suas atividades são estranhas para ele. O pedreiro não tem conhecimento:

- da totalidade de suas habilidades porque elas não são mobilizadas quando executa uma simples tarefa parcelada, dividida;
- do produto de seu trabalho, porque esse produto está acumulado nas cidades. Como o pedreiro não mora nas cidades, ele não tem acesso ao produto do seu trabalho;
- do produto do trabalho de seus colegas, porque, no canteiro de obras, as atividades são muito divididas: alguns trabalham na escavação da terra, outros, na construção das paredes — ou seja, o pedreiro trabalha em atividade isolada;
- dos efeitos do seu trabalho sobre o meio ambiente, porque ele desconhece a degradação da natureza que a indústria da construção civil provoca, como na extração de matéria-prima que destrói a fauna e a flora local e expulsa as pessoas que moram originalmente no lugar.



O trabalhador só se sente consigo mesmo fora do trabalho, enquanto que no trabalho se sente fora de si. Ele está em casa quando não trabalha, quando trabalha não está em casa. Seu trabalho, por isso, não é voluntário, mas constrangido, é trabalho forçado. Por isso, não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer necessidades exteriores a ele mesmo. A estranheza do trabalho revela sua forma pura no fato de que, desde que não exista nenhuma coerção física ou outra qualquer, foge-se dele como se fosse uma peste.

Karl Marx, Manuscritos Econômico-Filosóficos, 1844

O homem dividido é um homem alienado. Isso vale para a mulher também!

Uma vez trabalho e moradia separados, os espaços têm uma única função. No espaço especializado do trabalho, cabe ao homem produzir mercadorias e serviços para o patrão. No espaço especializado da casa, cabe à mulher realizar o trabalho não pago da reprodução da vida (lavar, passar, fazer comida, etc).

Essa divisão de trabalho por sexo é essencial para a sobrevivência do capitalismo. Como o trabalho de reprodução é realizado gratuitamente pela mulher, o homem pode receber um salário menor. Desse modo, o trabalho de reprodução na casa garante o lucro do capitalista na fábrica.

Na favela, no cortiço, ou no conjunto habitacional, o trabalhador mora separado do restante da cidade,

fora do lugar onde se acumula o que produziu para o outro, longe dos bairros nobres e dos centros urbanos. Na moradia isolada, tanto a mulher quanto o homem não estão satisfeitos.

A literatura revela o movimento que os trabalhadores fazem na vida real para sobreviver nas cidades. Observe, nos trechos abaixo, que alguns trabalhadores desejam adotar o estilo de vida burguês da cidade formal. Curiosamente, é esta cidade, onde tudo é mercadoria a ser comprada, que os expulsa. Outros trabalhadores desejam buscar um modo de existir na cidade que tenha sentido para a reprodução da vida. Nesse último caso, o cotidiano não se resume no deslocamento entre a casa e o trabalho. Entre esses dois espaços, há vários lugares onde a vida pulsa, e o sentido da casa — como lugar de cuidado e proteção — amplia-se para todo o território. A produção cotidiana do espaço é prática política!

NA FAVELA

O livro **Quarto de Despejo** de Carolina Maria de Jesus é o resumo de seu diário, escrito no período de 1955 a 1960. Nele, a catadora de papel e sucata fala das dificuldades de morar em uma favela e das angústias do seu cotidiano. Ela sonha em morar na cidade de asfalto. Ironicamente, é a cidade do asfalto que mantém Carolina e seus vizinhos afastados, deslocando-os para lugares que apresentam péssimas condições de vida.

FIGURA 03

Maria Carolina de Jesus, 1952

Fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

Direitos Autorais Noberto, Coleção: Última Hora - Ampliações - Arquivo Público do Estado de São Paulo

QUARTO DE DESPEJO

Carolina Maria de Jesus, 1963

7 de julho – Quando eu vou na cidade tenho impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com as suas úlceras. As favelas.



O descontentamento de Carolina se revela pela oposição entre a cidade informal e a cidade formal. Para ela, a cidade formal é a cidade ideal, e, por isso, o modo como o burguês vive e trabalha, comprando tudo, é sua única referência. Carolina não tem dinheiro para comprar o que precisa para sobreviver, e ela e sua família passam fome. Mas, ao tomar o modo de vida burguês na cidade formal, como referência, Carolina não considera outras possibilidades de existir na cidade e as desqualifica.

NO CORTIÇO

Em **O Cortiço**, livro publicado em 1890, o escritor Aluísio Azevedo relata o modo de vida de seus moradores, que se degrada a cada vez que novas unidades habitacionais são construídas, retratando a superpopulação do local. O trecho abaixo mostra os esforços do dono do cortiço, o português João Romão, para manter a ordem do lugar e administrar o espaço.

O CORTIÇO

Aluísio Azevedo, 2014 (1890), páginas 229-231-232

Mas o cortiço já não era o mesmo; estava muito diferente; mal dava ideia do que fora. O pátio, como João Romão havia prometido, estreitara-se com as edificações novas; agora parecia uma rua, todo calçado por igual e iluminado por três lampiões grandes simetricamente dispostos. Fizeram-se seis latrinas, seis torneiras de água e três banheiros. Desapareceram as pequenas hortas, os jardins de quatro a oito palmos e os imensos depósitos de garrafas vazias. À esquerda, até onde acabava o prédio do Miranda,

estendia-se um novo correr de casinhas de porta e janela, e daí por diante, acompanhando todo o lado do fundo e dobrando depois para a direita até esbarrar no sobrado de João Romão, erguia-se um segundo andar, fechado em cima do primeiro por uma estreita e extensa varanda de grades de madeira, para a qual se subia por duas escadas, uma em cada extremidade. De cento e tantos, a numeração dos cômodos elevou-se a mais de quatrocentos; e tudo caiadinho e pintado de fresco; paredes brancas, portas verdes e goteiras encarnadas. Poucos lugares haviam desocupados. Alguns moradores puseram plantas à porta e à janela, em meias tinas serradas ou em vasos de barro [...] A feroz engrenagem daquela máquina terrível, que nunca parava, ia já lançando os dentes a uma nova camada social que, pouco a pouco, se deixaria arrastar inteira lá para dentro. Começavam a vir estudantes pobres, com os seus chapéus desabados, o paletó fouveiro, uma pontinha de cigarro a queimar-lhes a penugem do buço, e as algibeiras muito cheias, mas só de versos e jornais ; surgiram contínuos de repartições públicas, caixeiros de botequim, artistas de teatro, condutores de bondes, e vendedores de bilhetes de loteria. Do lado esquerdo, toda a parte em que havia varanda foi monopolizada pelos italianos; habitavam cinco a cinco, seis a seis no mesmo quarto, e notava-se que nesse ponto a estalagem estava já muito mais suja que nos outros . Por melhor que João Romão reclamasse, formava-se aí todos os dias uma esterqueira de cascas de melancia e laranja. Era uma comuna ruidosa e porca a dos demônios dos mascates!

Quase que se não podia passar lá, tal a acumulação de tabuleiros de louça e objetos de vidro, caixas de quinquilharia, molhos e molhos de vasilhame de folha-de-flandres, bonecos e castelos de gesso, realejos, macacos, o diabo! E tudo isso no meio de um fedor nauseabundo de coisas podres, que empestava todo o cortiço. A parte do fundo da varanda era asseada felizmente e destacava -se pela profusão de pássaros que lá tinham, entre os quais sobressaía uma arara enorme que, de espaço a espaço, soltava um formidável sibilo estridente e rouco. Por debaixo ficava a casa da Machona, cuja porta, como a janela, Nenen trazia sempre

enfeitada de tinhorões e begônias. O prédio do Miranda parecia ter recuado alguns passos, perseguido pelo batalhão das casinhas da esquerda, e agora olhava a medo, por cima dos telhados, para a casa do vendeiro, que lá defronte erguia-se altiva, desassombrada, o ar sobranceiro e triunfante. João Romão conseguira meter o sobrado do vizinho no chinelo; o seu era mais alto e mais nobre, e então com as cortinas e com a mobília nova impunha respeito. Foi abaixo aquele grosso e velho muro da frente com o seu largo portão de cocheira, e a entrada da estalagem era agora dez braças mais para dentro, tendo entre ela e a rua um pequeno jardim com bancos e um modesto repuxo ao meio, de cimento, imitando pedra. Fora-se a pitoresca lanterna de vidros vermelhos; foram-se as iscas de fígado e as sardinhas preparadas ali mesmo à porta da venda sobre as brasas; e na tabuleta nova, muito maior que a primeira, em vez de "Estalagem de São Romão" lia-se em letras caprichosas: "AVENIDA SÃO ROMÃO".

Aqui também, a imagem da cidade moderna, limpa e organizada, é tomada como ideal. Ao menos no nome — avenida São Romão —, o cortiço contém um elemento da cidade formal: a rua larga e pavimentada para os carros que começam a circular por esse. É espantoso lembrar que essa cidade, desenhada para os carros, é a mesma que demoliu os cortiços em muitas reformas urbanas na passagem do século XIX para o século XX. A cidade do asfalto expulsou seus antigos moradores — que viviam em áreas urbanas bem localizadas — para viverem em condições ainda mais precárias.

NO CONJUNTO HABITACIONAL

A socióloga americana, Janice Perlman, viveu nas favelas cariocas nos anos de 1968 e 69, com o objetivo de

compreender o modo de vida de seus moradores. Ela acompanhou o processo de remoção forçada das famílias que viviam em favelas e foram instaladas em conjuntos habitacionais. Em 1972, Janice entrevistou os moradores nas novas habitações e registrou diversos depoimentos. Em seu livro **O mito da marginalidade**, ela apontou as dificuldades para se viver em prédios de apartamentos e localizados distantes dos centros urbanos.

EXTRATO DO LIVRO "O MITO DA MARGINALIDADE"

Janice Perlman, 1997

Quando retornei ao Rio em 1973, três anos após a remoção, visitei os conjuntos para onde o pessoal da Catacumba tinha sido mandado. Guaporé-Quitungo, na Zona Norte, cerca de hora e meia de distância do centro da cidade, consiste de 2880 apartamentos comprimidos em 72 blocos. As ruas não tinham calçamento nem iluminação, não havia áreas de recreação, nem clínica médica, igreja, clube, ou programa de treinamento profissional. Havia uma escola primária para todo o conjunto, e poucas casas de comércio nas proximidades. Os prédios já pareciam velhos e decadentes, e as supostas quadras de jogos tinham-se transformado em banhados.

A Cidade de Deus é uma mistura de triagem, casas e prédios de cinco andares sem elevador. Construída entre os anos de 1965 e 1970, fica em Jacarepaguá, ainda mais longe que Quitungo, e na direção oposta. Portanto, amigos e parentes ficaram separados por quase quatro horas de viagem em ônibus desconfortáveis. A área de triagem é apinhada e mal-afamada. Mesmo entre os moradores da Cidade de Deus é considerada uma área perigosa, infestada de criminosos. Os apartamentos são malfeitos e desagradam

a muitos por serem de vários andares. Uma senhora assim me falou, com grande pungência: "Ai, dona, eu nasci no chão, cresci na terra, e vivi toda vida no plano. Como é que eles querem que me acostume a viver numa altura de quatro andares? Eu fico toda arrepiada... Passo fora de casa a maior parte do tempo". As ruas da Cidade de Deus são pura lama quando chove, e na estação-seca toda a área fica coberta por uma nuvem de poeira. As lojas que se abriram depois de muitos anos têm pequenos estoques e cobram caro. Há uma única clínica médica atendendo poucas horas por semana e o único cinema, ironicamente, foi transformado em posto policial.

FIGURA 04

Cidade de Deus (parte alta), 1969

Fonte Arquivo Nacional Ministério da Justiça e Segurança Pública

Direitos Autoriais Ferreira, Coleção: Correio da Manhã - Arquivo Nacional Ministério da Justiça e Segurança Pública





FIGURA 05

Nova favela da Cidade de Deus, 1970

Fonte Arquivo Nacional Ministério da Justiça e Segurança Pública

Direitos Autorais Adalberto, Coleção: Correio da Manhã – Arquivo Nacional Ministério da Justiça e Segurança Pública

O texto revela os perigos de se produzir espaços específicos para a moradia, onde há o predomínio de uma única atividade. A maior parte dos moradores está no conjunto habitacional somente à noite para dormir e, por isso, os espaços da Cidade de Deus são desertos e sem vida. O conjunto é construído em local distante e impõe outro estilo de vida, o que dificulta o processo de construção do lugar por seus moradores e do desenvolvimento do sentido de pertencimento.

NA OCUPAÇÃO

O senhor Orlando, morador da ocupação urbana Dandara em Belo Horizonte, também tem problemas com a cidade formal. Apesar das ameaças de remoção que a ocupação sofre, o desejo do senhor Orlando é

permanecer no local. Não é sem razão que o pedreiro aposentado prefere morar em uma ocupação do que morar em um conjunto habitacional. O operário aposentado conta que já ajudou a construir vários prédios, porém, em sua velhice, prefere morar na ocupação, onde pode manter o contato com a terra, com os vizinhos e com ele mesmo. Assim, ele tem a oportunidade de voltar ao antigo modo de vida.

O sonho é morar aqui, ô. Isso aqui que é morar. Você morar na terra, pisar na terra, você construir a sua casa do jeito que você quer. E outra, é nesse espaço. O meu sonho ainda é dizer: aqui eu moro, aqui eu posso plantar. Se você me der um prédio de vidro na Afonso Pena, eu não quero não. Isso pra mim não significa nada. Os vizinhos também fazem parte do morar, não era bom espalhar todo mundo. Num prédio, você não tem liberdade, eu construí muito prédio, mas, quando eu tô dentro de um prédio, eu passo é mal. Você vira um prisioneiro

Sr. Orlando



Os desejos de senhor Orlando mostram a ideia do trabalho com sentido libertador. Ele conhece:

- suas próprias habilidades, que ele usa quando constrói sua casa e a ocupação;
- o resultado de seu trabalho, porque ele planeja, constrói e usa esse produto;
- o produto do trabalho de seus colegas, porque ele vive e convive com seus vizinhos, com os quais produz espaços;

- os efeitos que seu trabalho pode produzir no meio ambiente, pois ele trabalha diretamente nele.

O sentido do trabalho é a reprodução da vida. Esse processo acontece quando todos são responsáveis e trabalham em conjunto.

Vamos voltar aos nossos exemplos. O que cada um deseja? Qual o sentido do trabalho?

Carolina de Jesus e João Romão desejam a cidade do asfalto e o tipo de vida burguês que ela oferece. Na cidade formal, eles consomem a mercadoria terra e compram a casa pronta. Trabalham, cada um por si, para comprar os recursos necessários à sobrevivência: terra, casa, água e comida e, assim, tornam-se mais pobres.

A moradora do conjunto habitacional reclama: "Ai, dona, eu nasci no chão, cresci na terra e vivi toda vida no plano. Como é que eles querem que me acostume a viver numa altura de quatro andares? Eu fico toda arrepiada... Passo fora de casa a maior parte do tempo". A necessidade de ter contato com a terra também está presente no desejo do senhor Orlando. Para ele, o sonho de moradia inclui o acesso à terra e seu uso comum.

Os povos indígenas atuam ativamente na produção do espaço. Sentem-se responsáveis por suas ações nos territórios que habitam e trabalham de modo coletivo.

O trabalho que liberta, o trabalho com sentido, depende do acesso à terra e aos recursos que ela oferece.

A HISTÓRICA LUTA PELA TERRA

Desde os dias do Brasil Colônia, quando o país foi invadido pelos povos europeus, até os dias de hoje, muitos grupos sociais — como os povos indígenas, negros e seus descendentes — reclamam o direito à terra, onde sempre viveram. A luta pela terra é mais que exigir um pedaço de chão. É uma luta para garantir as condições de existência, o que inclui o direito à terra, à moradia, ao trabalho e ao livre desenvolvimento das capacidades humanas.

As reivindicações dos grupos sociais mudam à medida que o Brasil do campo se transforma em Brasil da cidade. Mas a terra — do campo ou da cidade — continua sendo a unidade fundamental, ou seja, a unidade básica para garantir a vida, pois é, a partir dela, que o trabalho humano produz as condições de existência. A terra é o principal meio de reprodução da vida!

As origens das atuais práticas de organização de trabalhadores em associações estão nos antigos movimentos populares. Isso mostra a luta histórica dos trabalhadores pela terra. No Brasil, há uma tradição de luta de trabalhadores que se organizam por melhores condições de vida. Ignorar essa tradição é uma forma de desprezar as iniciativas do povo na tentativa de fazer com que elas

continuem invisíveis. Reconhecer a tradição dessa luta significa compreender sua importância.

A tradição de tais iniciativas corresponde ao campo da economia popular, pois é possível identificar a natureza dos iniciativas através de seus sujeitos, que vêm das classes populares, ou seja, das classes-que-vivem-do-trabalho (Ricardo Antunes, 1999).

As classes que vivem do trabalho têm sua origem no Brasil Colônia. Nessa época, alguns negros escravizados trabalhavam para o seu senhor e também para si mesmos. Essa condição de trabalho possibilitava alguma liberdade a esses sujeitos, mesmo que vigiada.

No campo, os negros escravizados recebiam terras como benefício ou prêmio dos grandes proprietários. Em suas roças, os cativos praticavam agricultura de subsistência — plantavam e criavam animais — e podiam comercializar a sobra.

Na cidade, os "escravos de ganho" ofereciam seus serviços nas ruas e o que ganhavam ia para mãos dos seus senhores, que determinavam a quantia de dinheiro a ser obtida. Ambulantes, carregadores, quitadeiras, lavadeiras, que trabalhavam sob o regime do "ganho", tinham certo grau de liberdade, podendo praticar seu ofício nas ruas, nas praças, perto dos chafarizes, nas portas das igrejas — no espaço público. Eles são considerados como os primeiros vendedores ambulantes que trabalhavam nos emergentes centros urbanos do Brasil Colônia.

ruas — mostra as contradições da sua luta diária: de um lado, o cativo trabalha para o seu senhor; de outro lado, ele trabalha pela sua sobrevivência. Por vezes, encontra brechas de liberdade para exercer seu ofício e pode acumular algum excedente. No campo ou na cidade, o acesso à terra ou ao espaço público é fundamental para esse mínimo exercício de liberdade.

Quando essa luta mantém o indivíduo isolado de seu corpo social, participar da coletividade se torna mais difícil. As ações isoladas das práticas populares não são ações políticas, capazes de promover uma transformação social emancipatória. A ação política é, em sua essência, coletiva. As atividades de reprodução da vida — o cuidado e a proteção — são também processos coletivos. Por isso, os coletivos de trabalhadores que se auto-organizam para garantir condições objetivas (materiais, econômicas, jurídicas e outras que tornam possível determinada ação) e subjetivas (no plano das ideias que possibilitam determinada consciência de existência) podem se livrar da opressão. Tais coletivos seriam capazes de atingir a liberdade!

FIGURA 07

Escravos de
ganho

Fonte Acervo
Instituto Moreira
Salles (IMS)

Direitos

Autorais Eduard
Hildebrand
(atribuído a) /
Coleção Martha e
Erico Stickel



Vendedora de Galinhas



Lavadeira



Quitadeiras



Quitadeira

BREVE HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Maria da Glória Gohn, 2000, páginas 14-21

A maioria das lutas e movimentos no Brasil Colônia foi empreendida por negros escravos e pela plebe, vulgo "ralé". Eram os indivíduos pobres e livres. A categoria "povo" na época colonial era dada aos comerciantes e artesãos. No topo da pirâmide social, estavam os senhores de engenho, os militares e funcionários graduados e o clero. Eles eram seguidos pelos lavradores, grandes mercadores e artesões. Os pobres livres eram os penúltimos, pois os últimos eram os cativos, os escravos. Eis uma lista das lutas mais famosas no Brasil Colônia e na fase do Império: Zumbi dos Palmares (1630-1695), Inconfidência Mineira (1789), Conspiração dos Alfaiates (Minas, 1798), Revolução Pernambucana (1817), Balaiada (Maranhão, 1830-1841), Revolta dos Malés (Bahia, 1835), Cabanagem (Pará, 1835), Revolução Praieira (Pernambuco, 1847-1849), Revolta de Ibicaba (Estado de São Paulo, 1851), Revolta de Vassouras (Estado do Rio, 1858), Quebra-Quilos (Pernambuco, 1873), Revolta Muckers (Rio Grande do Sul, 1874), Revolta do Vintém (Rio de Janeiro, 1880), Canudos (Bahia, 1874-1897, massacrada pelas forças da República). Estes são alguns dos exemplos mais conhecidos até o século XX.

No início deste século, a questão social mudou com o advento da República e com a substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada, composta massivamente pelos imigrantes. As classes dominantes eram as mesmas elites agrárias vinculadas à burguesia inglesa, hegemônica no período. Mas o modo de produção se altera com a incipiente industrialização e a formação de um proletariado urbano. Com ele surgem as organizações de luta e resistência dos trabalhadores expressas em ligas, uniões, associações de auxílio mútuo, etc.

Nas duas primeiras décadas do século, ocorreram revoltas da

população reivindicando serviços urbanos, ou protestando contra políticas locais como a Revolta da Vacina (Rio de Janeiro, 1905), Revolta da Chibata (Rio de Janeiro, 1910), Revolta do Contestado (Paraná, 1912), ligas contra o analfabetismo (1915), ligas nacionalistas pelo voto secreto e expansão da educação (1917), revoltas contra o preço do pão, por feiras livres, contra a inspeção de bagagens nas estações de trens, contra a colocação de trilhos para os bondes (que retiravam o emprego dos carroceiros e quebravam os cascos das patas de seus cavalos), atos contra o desemprego e a carestia em São Paulo e no Rio de Janeiro, etc.

No início do século, a classe operária morava em vilas construídas pelos donos das fábricas (uma forma de reduzir e controlar o preço da mão-de-obra) ou nos cortiços e favelas (também chamadas de cabeças de porco). As condições de moradia eram um espelho das condições de trabalho. Inúmeras greves e revoltas ocorreram, destacando-se a greve de 1917 em São Paulo e a Revolta da Chibata, da armada naval brasileira, que se iniciou no Rio de Janeiro e se espalhou para vários pontos do país.

Nos anos 20, surgem várias lutas e movimentos das camadas médias da população urbana e revoltas de militares, bem como movimentos messiânicos e de cangaceiros no sertão nordestino do país, como o liderado pelo padre Cícero no Ceará (1926) e por Lampião na Bahia (1925-1938). Nas cidades, destacaram-se a Revolução dos Tenentes (1822), a Coluna Prestes, as lutas pela educação desenvolvidas pelos reformadores (Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e outros).

O movimento articulado pelas elites, que ficou conhecido como Revolução de 30, demarca um novo tempo no país, em termos de consolidação de novas regras que buscavam inseri-lo no cenário internacional, não apenas como produtor de produtos agrícolas, mas também como produtor de bens de consumo industrializados (têxtil e mobiliário) e gêneros alimentícios de primeira necessidade. Surgem condições para o desenvolvimento de uma classe burguesa industrial. A classe operária muda de composição: de

imigrantes estrangeiros para os migrantes nacionais, egressos do campo para a cidade. O Estado assume a liderança do processo de desenvolvimento nacional e promulga uma série de leis, destacando-se a legislação do trabalho. Ministérios e secretarias foram criados e a questão social, até então objeto apenas da ação da polícia, passa a ter a atenção de setores específicos dos governos.

Vários movimentos sociais ocorreram no período de 1930-1937, entre os quais o Movimento dos Pioneiros da Educação (1931), a Marcha Contra a Fome (1931), a Revolução Constitucionalista de São Paulo (1932), a Revolta do Caldeirão no Ceará (1935), a criação da Aliança Libertadora Nacional (1935), o Movimento Pau de Colher (ocupação de terras na Bahia, em 1935), revoltas militares, etc. O golpe do Estado Novo em 1937, impetrado pelo ex-presidente Getúlio Vargas, amorteceu os conflitos sociais pelo controle via repressão. A partir de 1942, são criadas várias sociedades, amigos de bairros, frutos da expansão do processo de urbanização nas principais capitais do país.

O período entre 1945 e 1964 entrou para a história como a fase do regime político populista; ele foi bastante fértil em termos de lutas e movimentos sociais. A conjuntura de redemocratização do país, aliada a um cenário internacional de desenvolvimento da sociedade de consumo, e a política da Guerra Fria entre as então potências mundiais (Estados Unidos e URSS - a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) criaram espaços favoráveis aos projetos nacionalistas de desenvolvimento nacional. O Estado altera suas políticas e passa a criar condições para a instalação de indústrias multinacionais no país. Inicialmente, desenvolve políticas para o setor de energia, cria a Petrobrás; estradas, silos, armazéns, portos e usinas hidrelétricas são patrocinados pelo Estado. Constrói-se Brasília, e inauguram-se as primeiras fábricas de automóveis. Um novo setor da classe operária surge no ABCD paulista: os metalúrgicos. Setores da burguesia industrial brasileira fizeram alianças com capitalistas internacionais.

Entre 1961-1964 eclodiram centenas de greves no país. Criaram-se, no campo, dois movimentos que são considerados como os antecessores dos atuais sem-terra: as Ligas Camponesas do Nordeste e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), no Sul do país. Na área da educação criou-se o Movimento de Educação de Base (MEB). Setores da área da educação e da cultura aliaram-se aos grupos que lutavam por um projeto de desenvolvimento nacional autônomo e produziram vários eventos, publicações e movimentos, como os Círculos Populares de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). O sindicalismo industrial viveu grandes conflitos, tanto internos -entre os sindicatos oficiais e o sindicalismo paralelo, de oposição - como externos - gerados nos embates com os proprietários das empresas e com o Ministério do Trabalho.

O golpe militar de 1964 pôs fim a um ciclo de mobilização e organização popular. Entre 1964 e 1969 os movimentos de resistência foram poucos. No meio industrial ficaram famosas as greves de Contagem (MG) e Osasco (SP). Os estudantes, influenciados pela conjuntura nacional e internacional -principalmente o Maio de 68 na França e a política cultural maoísta na China, entraram para a história como novos atores em cena, naquele período. O Estado redefiniu suas leis e criou novos aparelhos burocráticos de controle. O Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, cassando e punindo pessoas e estabelecendo severas restrições aos direitos sociopolíticos dos cidadãos, foi o ponto culminante de uma era de medo, repressão e violação dos direitos humanos, comandada por regimes militares que se espalhariam por toda América Latina.

Com o regime militar no poder, a esquerda partiu para a luta armada e seus principais líderes foram mortos nos embates das "guerrilhas". As camadas médias da população brasileira se expandiram e se locupletaram com as benesses que o regime lhes oferecia: expansão do ensino superior (pago), acesso ao consumo de bens industrializados, principalmente a linha branca doméstica, os televisores e os carros. Criou-se um banco para financiar a casa própria: o Banco Nacional da Habitação (BNH).

As camadas médias tiveram acesso ainda aos novos empregos gerados pelas multinacionais que aqui se instalaram e aos cargos na burocracia governamental. Foi a fase da tecnocracia, do planejamento centralizado. A classe operária sofreu um grande arrocho salarial.

A partir de 1974, com a crise internacional do petróleo, o chamado "milagre brasileiro" entra em crise. A resistência ao regime militar começa a se articular. Os movimentos sociais emergem das cinzas. Nas cidades, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), embaladas pela Teologia da Libertação, I organizaram milhares de pessoas e deram origem a movimentos populares vigorosos como Custo de Vida (depois Carestia), movimentos pelos transportes, de favelados pelo direito real de uso da terra onde estavam, pela saúde nos centros e postos comunitários de saúde, por vagas nas escolas etc. Grande parte desses movimentos serviu de base de apoio às greves que se espalharam pelo país entre 1978-1979. Eles formaram os comitês de compra de gêneros de primeira necessidade e de apoio aos operários em greve.

O setor da educação também se mobilizou e surgiram várias associações e uniões de trabalhadores do ensino (tanto do antigo 1º e 2º graus, como do ensino universitário). O ciclo de greves dos trabalhadores declina após a reforma que pôs fim ao bi-partidarismo no país com a retomada do processo eleitoral em âmbito estadual. Os trabalhadores recriam suas centrais sindicais a partir da Associação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS). Surge a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

No campo popular foi criada a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e a ANAMPOS continuou a aglutinar os setores populares mais próximos das práticas sociais da CUT, do Partido dos Trabalhadores e dos setores progressistas da Igreja Católica. Posteriormente a ANAMPOS se transforma em Pró-Central dos Movimentos Populares, que deu origem à Central dos Movimentos Populares em 1993.

O ano de 1984 foi um marco na história sociopolítica do Brasil com o movimento Diretas Já. Foi a declaração de morte do regime militar. Mas as eleições diretas para presidente da República só vieram a acontecer em 1989. Entre 1984 e 1988 o país se mobilizou por uma nova Constituição. Os movimentos sociais que emergiram na cena política, desde o final dos anos 70, conseguiram inscrever em leis, como direitos, várias reivindicações. Foram conquistas sociais de trabalhadores, mulheres, índios, menores e cidadãos até então considerados como de "segunda categoria".

Mas a crise internacional do capitalismo globalizado já havia se espalhado pelo planeta e atingiu o Brasil nos anos 90. Desemprego, reformas, reestruturações no mercado de trabalho, flexibilização dos contratos etc. passaram a ser a tônica do novo cenário. Os sindicatos dos trabalhadores se enfraqueceram, o número de pessoas a atuar na economia informal multiplica-se centenas de vezes. Os sindicatos passam a lutar contra as políticas de exclusão social do governo; muda-se a pauta das reivindicações dos trabalhadores: a luta é para manter o emprego e não por melhores salários ou condições de trabalho, como na fase anterior. Os movimentos sociais populares urbanos se desarticulam. A luta social no campo recrudescer e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), criado nos anos 80, ganha as manchetes na mídia e torna-se o agente do principal conflito social no País. Os movimentos de resistência às reformas na Constituição nacional foram tímidos e não conseguiram alterar o quadro de correlação de forças. (Gohn, 1997b)

Novamente as camadas médias tiveram um peso decisivo no apoio ao regime político prevalecente. O plano de estabilização econômica lastreado no Real e na quase paridade com o dólar americano, vigente de julho de 1994 a janeiro de 1999, fundamentou as expectativas de mudanças em direção à modernidade, um valor básico para aquelas camadas. Contudo, as alterações na política econômica ocorridas em janeiro de 1999 levaram a mudanças no estilo de vida das diferentes classes e camadas sociais brasileiras; fim da era do consumo fácil de importados

pelas camadas médias, aprofundamento da recessão e recrudescimento das taxas de desemprego. As reformas administrativas do Estado agravaram a instável estabilidade dos funcionários públicos. Entretanto, o cenário político-econômico é outro. Novos atores entraram em cena; desta vez não para lutar contra a exclusão clamando por cidadania e direitos sociais, mas lutando pela inclusão, pela integração dos excluídos que o sistema gera. Trata-se do contraditório terceiro setor, que passaremos a analisar a seguir.

O ano de 2000 marca o retomo dos movimentos sociais à cena política nacional. Apesar de quase uma década de desmobilização dos movimentos populares urbanos, eles iniciam lenta retomada, em outras bases, incorporando a experiência adquirida via a participação nos conselhos, fóruns e outras formas mais ou menos institucionalizadas de participação. Entretanto, outros movimentos sociais ganham as manchetes da mídia, como o dos índios. Eles se reorganizaram em função da luta pela demarcação de suas terras, realizaram marchas e caminhadas e aproveitaram a conjuntura política em torno da polêmica questão dos "500 anos de descobrimento do Brasil" para protestar e exigir seus direitos. Foram reprimidos pelas forças policiais e ganharam a simpatia e o apoio de governos e organismos internacionais, que se manifestaram contra a violência cometida. O MST ganha novo fôlego e se alastra por todo Brasil. Os estudantes voltaram às ruas, não mais com as "caras pintadas". Voltaram politizados em luta contra o desemprego e a corrupção. As greves dos professores - em diversos graus do ensino - também retornam. E outras categorias passam a se organizar e a protestar, como os caminhoneiros das estradas contra as taxas dos pedágios e suas péssimas condições de trabalho; os "perueiros" (transporte coletivo urbano alternativo) pela igualdade nas condições de trabalho com os transportes convencionais etc.

A LUTA PELA REPRODUÇÃO AMPLIADA DA VIDA

Os movimentos populares do Brasil estão ligados à luta pela terra e exigem o direito ao trabalho e à moradia para transformar as condições de sua existência.

Segundo o pensamento marxista, a luta dos movimentos populares mostra os conflitos entre as classes sociais. Esse enfrentamento acontece entre as classes que são proprietárias dos meios de produção (capitalistas) e aquelas que perderam esses meios (trabalhadores).

Na relação de poder entre classes sociais, as classes dominantes se apropriaram dos meios de produção dos trabalhadores.



O filósofo político alemão, Karl Marx, escreveu, em 1867, que os meios de produção são tudo aquilo que relaciona o homem e a natureza, dando forma útil à vida humana.

São meios de produção:

- os objetos de trabalho (recursos naturais, como a terra e as matérias-primas);*
- instrumentos de produção (instalações prediais, máquinas, ferramentas, etc).*

Mas, se o objetivo dos movimentos populares é a promoção da vida, é melhor dizer que eles exigem o acesso aos meios de reprodução e seu controle, que garantem o cuidado e a proteção de seus membros. Desse modo, os movimentos populares exigem o acesso e o controle dos meios de reprodução!

A terra é o principal meio de reprodução da vida. A terra é a base material para a agricultura de subsistência e, assim, é a principal fonte de segurança alimentar. A terra é, também, a base material para o acesso aos recursos naturais, como a água doce e o ar limpo.

Do mesmo modo, o espaço é um meio de reprodução importante para promover a vida. O espaço é recurso natural (terra, água e ar) e fornece matéria-prima (minério de ferro, madeira, etc). O espaço é instrumento de trabalho para reprodução da vida: casa, rua, oficina.

Os meios de reprodução não são somente os objetos e instrumentos de trabalho. O espaço é, também, desenvolvimento das potencialidades humanas! Ao produzir espaço, as pessoas revelam sua capacidade de agir. Esse saber fazer transforma não só os indivíduos, como também o coletivo.

O homem não está sozinho. Ele se organiza em grupo para produzir espaço. Quando esse coletivo trabalha para promover a vida, a prática política se instala.

A capacidade de produzir espaço proporciona moradia, alimentação, trabalho, de modo que o coletivo de trabalhadores consegue se libertar de situações de

opressão, caracterizadas por situações de violência, precariedade e escassez.

A disputa entre as classes sociais pelo controle da produção de espaço caracteriza a luta dos grupos sociais.

A classe dominante se apodera da terra e a retira dos trabalhadores. Ela transforma a terra e seus recursos em mercadorias para concentrar renda. Para essa classe social importa o valor de troca da mercadoria terra no mercado.

A classe dominante toma os instrumentos do trabalhador e desenvolve tecnologias de difícil acesso. Interessa à classe dominante controlar o trabalho e sua produção, para garantir renda e sua concentração.

A classe dominante controla a força de trabalho do indivíduo e desqualifica a capacidade de agir dos trabalhadores organizados. Há várias maneiras de desqualificar o trabalho coletivo:

- primeiro, a classe dominante determina que o tipo de trabalho assalariado, no qual o trabalhador vende sua força de trabalho no mercado em troca de salário, é o único tipo digno. Quanto mais o trabalhador isolado – do sexo masculino, jovem, heterossexual e branco – produz mercadorias e serviços, mais alto é seu salário;

- segundo, qualquer forma de trabalho organizado fora da lógica do capital é ignorado. A sociedade não considera o trabalho realizado pelas mulheres, pelos povos indígenas, pelos descendentes dos povos escravizados,

pelos idosos, etc.

A luta pelos meios de reprodução se amplia para além do conflito entre o capitalista e o trabalhador assalariado. Essa luta agrega outros grupos sociais e suas atividades, que não se resumem ao trabalho de produção.

Separados dos meios de reprodução, os grupos sociais não têm outra escolha a não ser aceitar um trabalho alienado — sem sentido — e, com a renda desse trabalho, comprar as mercadorias moradia, alimentação, etc. Eles se tornam indivíduos consumidores de mercadorias. Se a ideologia do trabalho assalariado da classe dominante prevalece, os grupos sociais se submetem ao modo de vida burguês.

Do ponto de vista do trabalho assalariado, os trabalhadores da economia popular representam uma parcela bem particular da população brasileira. Exibem baixo nível de escolaridade, faixa etária acima de quarenta anos e, em sua maioria, são pessoas do gênero feminino. Segundo essa lógica, a economia popular apresenta processos de trabalho com pouco investimento em tecnologia, em que há um predomínio de processos de trabalho intensivo, além de agregar pouco valor ao produto ou serviço a ser comercializado no mercado.

Os trabalhadores da economia popular estão inseridos, de maneira subalterna, em uma sociedade desigual e injusta. Mesmo submetidos às suas determinações, de modo diferente dos trabalhadores assalariados, os grupos de trabalho associado elaboram normas

que privilegiam a reprodução de seus membros, e não somente a produção de serviços ou mercadorias.

Considerando-se que as atividades dos grupos sociais visam à **reprodução ampliada da vida** (Coraggio, 1999), o conceito de “trabalho” é alterado. Ele deixa de ser um fardo, pois há um sentido nele. Esse novo conceito abrange as atividades de proteção e de cuidado, no trabalho ou em casa, não importa o lugar.



Colocar no centro a reprodução ampliada da vida humana não supõe negar a necessidade da acumulação, sim subordiná-la à reprodução da vida, estabelecendo outro tipo de unidade entre a produção (como meio) e a reprodução (como sentido).

Coraggio, 1999, 141

Seriam libertadores os espaços de trabalho da economia popular?

Nossa hipótese é a de que, nesses espaços, vida e trabalho estão em permanente conexão. Quanto mais os trabalhadores promovem vida, mais esses espaços estão articulados, e mais o trabalho é gratificante.

Nesses espaços, os coletivos de trabalho conferem uma função social à terra, garantindo suas condições de vida (moradia, alimentação, trabalho, etc). Para esse coletivo, importa o valor de uso dos recursos comuns que a terra oferece.

Nesses espaços, os coletivos de trabalho detêm a posse

dos instrumentos e desenvolvem tecnologias de modo colaborativo. Eles compartilham seu conhecimento para aumentar a força de trabalho e distribuir a riqueza produzida entre os seus membros.

Nesses espaços, os coletivos de trabalho são diversos e consideram as diferenças entre seus membros. As individualidades são respeitadas, e a contribuição de cada um é reconhecida pelo grupo.

QUANDO MORADIA E TRABALHO VIRAM VIDA

Quando casa e fábrica estão em conexão para reprodução da vida, o trabalhador se emancipa do trabalho alienado e de suas antigas relações de opressão. Entre os espaços específicos da moradia e do trabalho, surgem brechas para a realização de outras atividades que têm sentido!

A superação da atividade alienada só pode ser concebida por meio da prática humana autoconsciente.



A autoconsciência do homem pode ser alcançada por meio da igualdade, liberdade afetiva, reconhecimento recíproco e uma radical transformação das relações entre os homens.

Sociólogo, professor e socialista libertário Mauricio Tragtenberg, 1987

A prática humana que liberta ocorre quando o trabalhador conhece a si mesmo, o produto de seu trabalho, o produto do trabalho de seu colega e a natureza.

Para verificar essa hipótese, pesquisei, durante quatro anos, o modo como os coletivos de trabalho produzem

espaço. Estive ali, onde vivem e trabalham. Ao todo, visitei cada coletivo ao menos quatro vezes, sempre em companhia de uma equipe de pesquisadores, sejam bolsistas de iniciação científica, sejam professoras universitárias que me orientaram no doutorado.

Acompanhamos as atividades desses trabalhadores. Conversamos sobre o cotidiano de produção do espaço. Os coletivos explicaram o modo como esses espaços são produzidos. Observamos os esquemas espaciais empregados por eles para articular vida e trabalho. Percebemos os valores e os critérios coletivos de decisão por detrás desses esquemas.

A ação coletiva dos trabalhadores para conexão entre vida e trabalho é uma prática política cotidiana.

Outro aspecto importante da organização dos coletivos de trabalho é sua relativa autonomia. Autonomia não tem o sentido de independência individual — noção socialmente construída pelo liberalismo —, nem tampouco de simples autossuficiência de recursos. A autonomia consiste no direito e na capacidade de autogoverno (Kapp, 2004).

A forma elementar de organização da reprodução da vida é denominada pelo economista argentino José Luis Coraggio (1999) de “Organizações Econômicas Domésticas”. Orlando Nuñez (1995), sociólogo nicaraguense, emprega a expressão “Unidades Econômicas Populares”. O filósofo chileno Luis Razeto (2005 [1993b]) refere-se às “Organizações Econômicas Populares”. Neste trabalho, nós denominamos essa forma de organização de

reprodução da vida de espaços de encontro.

Independentemente do nome, a forma elementar corresponde a uma unidade doméstica ou de vizinhança, onde os associados trabalham para promover a vida. As normas são constantemente reelaboradas, à medida que a realidade se transforma e novas demandas surgem. As elaborações de normas visam à reprodução sociometabólica da espécie humana (Mészáros, 2011 [1994]). Assim, são chamadas de normas norteadoras.

Os resultados desta pesquisa são apresentados aqui. Espero que o relato do modo como trabalhadores produzem espaços, contado nessas poucas páginas, inspire outros coletivos na promoção da vida.

Concluí que os coletivos que encontram mais dificuldade em articular moradia e trabalho se aproximam do trabalho informal e de suas precariedades. Aqueles coletivos que conectam moradia e trabalho se aproximam da transformação social e política e se libertam de antigas relações de opressão.

COLETIVO DE PRODUTORAS RURAIS

Noiva do
CORDEIRO



COMUNIDADE NOIVA DO CORDEIRO

A comunidade Noiva do Cordeiro está localizada na área rural do município de Belo Vale e próxima ao distrito de Roças Novas de Cima, que fica a 80 km de Belo Horizonte. Essa comunidade recebeu esse nome nos anos 1950, quando o pastor Anísio Pereira chegou à região e fundou uma nova igreja.

FIGURA PÁGINA ANTERIOR

Fonte Página de *Facebook* do coletivo

Disponível em
<https://www.facebook.com/noivadocordeiro/>

Nos anos 1960, Anísio Pereira se casou com uma das moradoras da região, Delina Fernandes Pereira. Dona Delina pertence à terceira geração de uma família, cuja origem se deu nos anos de 1890 com a união de Maria Senhorinha de Lima e Francisco Augusto Fernandes de Araújo, conhecido como Chico Fernandes. Ela havia abandonado seu marido, o francês Arthur Pierre, para viver com Chico Fernandes. O casal foi excomungado pelo padre da região, e, por isso, a família foi vítima de preconceito e isolamento por várias gerações.

Quando fundou a igreja, o pastor submeteu a família a regras religiosas severas como fazer jejum por longo período de tempo. O isolamento, somado ao fanatismo religioso, causou não só longos períodos de falta de alimentos, como também uma pobreza grande. Tal situação levou as mulheres da comunidade a procurar uma solução para o problema. Dona Delina, diante da fome de seus filhos, passou a não aceitar as imposições do marido, valendo-se da mesma estratégia dele: estudar a bíblia. O estudo da religião foi a maneira que essas mulheres encontraram para questionar os argumentos do pastor e se libertarem desses anos de violência religiosa.

Durante a década de 90, a comunidade se libertou das imposições do pastor e se desenvolveu. As decisões passaram a ser tomadas pelo grupo, que tinha como objetivo trabalhar em favor da vida coletiva, e seus membros tinham liberdade para dizer a sua opinião. Em 2014, a comunidade abrigava cerca de 300 pessoas.

Nos dias de hoje, Noiva do Cordeiro é modelo para a vizinhança, que passou a ter respeito por ela. A comunidade recebe visitantes do Brasil e do exterior que querem conhecer o modo de vida comunitário. A liberdade alcançada tem várias maneiras de se mostrar: vários são os grupos de canto, dança e teatro. Além de se dedicarem às diversas atividades culturais, os moradores participam dos assuntos ligados à comunidade. Eles desenvolvem, assim, suas capacidades. A busca do conhecimento para o livre desenvolvimento das potencialidades humanas é importante para a comunidade se afastar das situações de escassez e garantir prosperidade a todos seus moradores.

FIGURA 08

Casarão da
sede da fazenda
do Coletivo
Produtoras Rurais,
2013

Fonte acervo da
autora



LINHA DO TEMPO

1888

Casamento de Maria Senhorinha de Lima com Arthur Pierre

1890

União de Maria Senhorinha de Lima e Francisco Augusto Araújo Fernandes

1950

Chegada do pastor Anísio
Início dos trabalhos com a igreja no local

1961

Casamento de Delina com o pastor Anísio

1965

Registro da Igreja Evangélica Noiva do Cordeiro

1970

1990

Dificuldades e miséria extrema na comunidade

1990

Comunidade começa a questionar os preceitos rígidos do pastor Anísio

1993

Extinção da igreja

1994

Construção do anexo do casarão

1995

Falecimento de Anísio

1999

Criação da Associação Comunitária Noiva do Cordeiro (ACNC)

Criação da fábrica de *lingerie* e artesanatos

2004

Construção da Casa Mãe (salão e quartos)
Eleição de Rosalee para vereadora no município de Belo Vale

2006

CIDEC (Centro de Informática e Desenvolvimento da Educação Comunitária)
Reportagem no Estado de Minas (Ira Escola de Informática da Zona Rural de MG)

2008

Documentário "Noivas do Cordeiro" no canal de TV GNT
Patrocínio da empresa Vale do Rio Doce para um ano de internet

2010

Construção da Casa Amarela (dormitórios)
Formalização da Fábrica Noiva do Cordeiro Confecções LTDA

2011

Construção da cozinha comunitária

2012

Criação da Associação Grupamento Noiva do Cordeiro (para fins de crédito fundiário)



Legenda

- 1 Centro comunitário
- 2 Fábrica de *lingerie*

- 3 Casarão
- 4 Casa Mãe
- 5 Refeitório
- 6 Casa Amarela
- 7 Casa de máquinas
- 8 Abrigo do trator
- 9 Galinheiro
- 10 Criação de animais

- 11 Horta comunitária

Observação: O centro comunitário (1) e o refeitório (5) foram construídos posteriormente à data da foto aérea.

DIAGRAMA ESPACIAL

Pesquisadoras



Silke Kapp



Ana Paula Baltazar

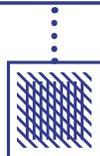
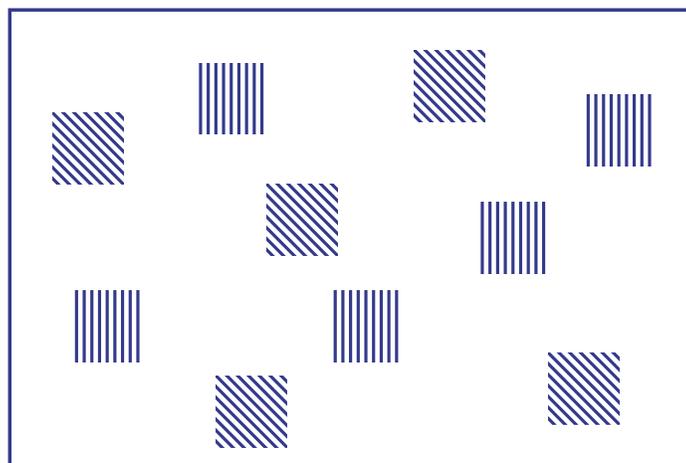


Lorena Melgaço
Silva Marques



Viviane Zerlotini da
Silva

Se fosse possível ilustrar o diagrama espacial da Comunidade Noiva do Cordeiro, ele seria parecido com o desenho abaixo. A organização coletiva para promoção do cuidado determina um território abrangente de ação política, onde as atividades de moradia e de trabalho estão próximas entre si e fazem parte do cotidiano dessa prática política. Nos casos em que os membros da comunidade trabalham em outros municípios e não podem voltar à comunidade no mesmo dia, há um local de apoio que os acolhe e garante a sua sobrevivência durante o período de trabalho.



Legenda



Espaço de moradia (universo da reprodução)



Espaço de encontro (universo da política)



Espaço de trabalho (universo da produção)

••••• Caminhos



COLETIVO BORDADEIRAS

PROJETO SOCIAL MULHERES DA VILA

A Comunidade Maloca está localizada no bairro Enseada das Garças, na zona leste do município de Belo Horizonte. A história do projeto social se confunde com a história do grupo Mulheres da Vila — coletivo de bordadeiras, moradoras da Vila Apolônia. Os fundadores do projeto social moravam na Vila Apolônia, um resquício de favela localizada na região. Seus moradores sempre lutaram pela conquista de melhores condições de vida na favela. Após obter melhorias na infraestrutura e de novas casas serem construídas longe das áreas de risco, as mulheres começaram a indagar sobre fontes de renda. Elas não conseguiam emprego por não estarem preparadas para o trabalho assalariado. Os mobilizadores sociais, Luciano e Sandra, ex-moradores da vila, compraram um terreno na região em 1999, com o objetivo de criar um projeto comunitário e, em 2001, mudaram-se para lá.

FIGURA PÁGINA ANTERIOR

Bordadeiras
Mulheres da Vila

Fonte Site do
Coletivo

Luciano relata que, no começo, não sabiam ao certo o que seria o projeto social. Pareceu interessante ao casal que o coletivo de bordadeiras se dedicasse ao trabalho de artesanato, que estava sempre presente na vida deles. O coletivo Mulheres da Vila foi constituído em função da produção de artigos artesanais de retalhos de pano.

A comunidade Maloca foi formada em maio de 2003, quando o casal entendeu que deveria abrir as portas do espaço e partilhar com outras pessoas “o mundo novo, outro mundo possível e necessário que a gente vinha sonhando nos fóruns sociais mundiais, nos movimentos, na caminhada de sempre, na revolução de

sempre, tudo fica [...] palavras vazias se a gente não pratica mesmo” (Luciano, entrevista, 2013).

O grupo “Mulheres da Vila” foi iniciado em 2005, com a criação de uma associação de costureiras e bordadeiras para produzir peças de artesanato. A associação foi formalizada em março de 2006, em função da procura de suas peças em outros estados brasileiros. Em 2014, o grupo era composto por 44 mulheres e 1 homem. Várias delas moram com suas famílias em outros municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A maioria das mulheres é proveniente do interior de Minas e, embora morem em área urbana, apresentam habilidades para o trabalho manual adquiridas quando moravam em área rural.

FIGURA 11

Casa de apoio
do coletivo
Bordadeiras, 2013

Fonte Acervo da
autora



LINHA DO TEMPO

1974

Ocupação da área, conhecida hoje como vila Apolônia, por famílias do interior de Minas Gerais e da Bahia.

1983

Solicitação de reintegração de posse feita por um senhor chamado Lockaman Garios, que afirmava ser proprietário de 12 lotes da rua Cônego Trindade, onde moravam 22 famílias.

Criação da associação de moradores e compra dos lotes pela associação com auxílio de Luciano, morador da vila.

1984

Ligação elétrica nos becos Santo André, São Lourenço, São João Batista, D. Joaquim e Carlos de Araújo; calçamento do beco Santo André, principal via de acesso à vila.

1986

Início da atuação de jovens na vila da Pastoral da Criança.

1987

50% de implantação de rede de esgoto; 80% de instalação de rede de energia, água; Programa do Sópão e Programa do Leite; Horta Comunitária

1988

Construção de 17 moradias em regime de mutirão.

1989

Redes de esgoto nos becos São João Batista, parte do São Joaquim e Salinas com Santa Terezinha. Calçamento das ruas principais, ampliação das linhas de ônibus, 406 padrões de luz, instalações de telefones públicos, ampliação da Escola Estadual Síría Marques, construção do Centro de Saúde Leblon e construção da quadra de esportes da Escola Estadual Síría Marques.

199_

Reconhecimento do assentamento urbano pela prefeitura. Intervenção estrutural através do Programa Alvorada, convênio entre a URBEL e o Ministério Italiano e a Associação de Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI).

1994

Realização do Orçamento Participativo.

1999

Aquisição pelos mobilizadores sociais do lote da Comunidade Maloca.

199_

Projeto encomendado por Luciano a seu cunhado arquiteto, Domenico, que mora na Itália. Solicitação do casal para que a casa tivesse uma aparência de maloca indígena

2001

Início da obra em setembro

2002

Término da obra em fevereiro. Criação do grupo Comunidade da Maloca.

2004

Construção da Maloca de pau a pique – chamada também de Capelinha

2005

Início informal das atividades de artesanato do grupo Mulheres da Vila

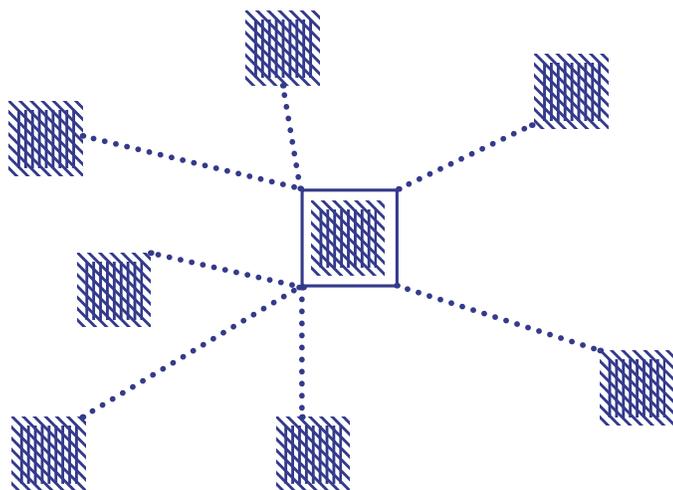


Legenda

- 58 1 Maloca
- 2 Capelinha
- 3 Anexo
- 4 Fogão a lenha
- 5 Criação de galinhas, coelhos e outros animais de pequeno porte

DIAGRAMA ESPACIAL

Como as bordadeiras moram em áreas da periferia da cidade, distantes entre si, o coletivo se organizou de maneira que elas trabalhassem cada uma em sua casa e se encontrassem na Comunidade Maloca, em dias determinados. Nesses dias, elas discutem sobre o trabalho e falam dos acontecimentos de sua vida. O esquema abaixo mostra as moradias dispersas, os espaços de trabalho, o espaço político do encontro e os deslocamentos de cada uma.



Pesquisadora



Viviane Zerlotini da Silva

Legenda



Espaço de moradia (universo da reprodução)



Espaço de trabalho (universo da produção)



Espaço de encontro (universo da política)



Caminhos



COLETIVO TRIADORAS

Tempo 11 Km 046/2018
Federal

COMUNIDADE ASSOCIADA PARA RECICLAGEM DE MATERIAIS DA REGIÃO DA PAMPULHA (COMARP)

A história de produção do espaço de trabalho da Comunidade Associada para Reciclagem de Materiais da Região da Pampulha (COMARP) mostra um processo de luta de dois movimentos: por um lado, a luta de mulheres pobres para sair da miséria; de outro, a luta dos técnicos da prefeitura para tornar possível esta associação. Ela surgiu nos meados de 2004, quando a Gerência Regional de Políticas Sociais, que tem sua sede na Prefeitura Regional da Pampulha, foi levada a apoiar a criação de associações de geração de trabalho e renda, com o objetivo de gerar oportunidades para reduzir os bolsões de pobreza na região. A Regional distribuiu panfletos em bairros, vilas e favelas, convocando interessados em participar na formação de uma associação de catadores. A intenção da ação da prefeitura era chamar a atenção dos catadores que já trabalhavam nas ruas da região, mas donas de casa é que se interessaram em conseguir nova fonte de renda.

Em 2004, a Regional colocou à disposição das mulheres um pequeno espaço debaixo de uma árvore, onde elas poderiam separar o material coletado. O espaço foi depois coberto por uma lona, para que ficasse um pouco protegido da chuva. A Regional fez uma mobilização nos bairros da Pampulha na tentativa de chamar a atenção dos moradores para a importância da atividade das triadoras. Mas, quando as atividades de catção na rua se iniciaram, muitas associadas desistiram.

FIGURA PÁGINA ANTERIOR

Triadoras na esteira de triagem, 2017

Fonte SLU

Disponível em

<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/bh-em-pauta-esteira-automatizada-auxilia-coleta-seletiva>

O ganho era pouco, o que causava desânimo e indignação. Para tornar possível a associação, a Regional Pampulha procurou parcerias. A Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) prometeu entregar material para triagem, e, por isso, a coleta porta a porta, anteriormente realizada pelas associadas, se tornou desnecessária. Todas essas iniciativas aumentaram o volume de material, e se tornou necessária a construção de um galpão para abrigar a associação.

Essa associação tem o direito de uso do terreno e do galpão, que pertencem à prefeitura. Hoje, fazem parte dessa associação, em sua maioria, mulheres com idade acima dos 40 anos, e com pouco tempo de escola. Ela é formada, em média, por 15 a 20 pessoas. Antes de se tornarem associadas, elas exerciam a função de doméstica, cozinheira ou catadora de rua e passaram a fazer parte da cooperativa depois de procurar a atual presidente da associação em busca de trabalho.

FIGURA 14

Galpão de triagem, 2011

Fonte acervo da autora



LINHA DO TEMPO

2004

A Gerência Regional de Políticas Sociais (GPRS), sediada na Prefeitura Regional da Pampulha, motivada pela diretriz política de apoiar a criação de associações de geração de trabalho e renda, decide por implantar um projeto na região para reduzir os bolsões de pobreza.

200_

Participação dos técnicos da GPRS em cursos para estudar assuntos como cooperativismo, criação de associações e desenvolvimento sustentável.

200_

Distribuição de panfletos em bairros, vilas e favelas com o objetivo de interessar moradores na formação de uma associação. Os catadores da região não se manifestaram, mas muitas donas de casa mostraram interesse em conseguir uma fonte de renda.

200_

Formação do grupo, análise de um estatuto, tentativa de tornar legal a associação e de conseguir sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

200_

Cessão de um pequeno espaço pela Prefeitura Regional da Pampulha, para separação do material coletado.

Busca de parcerias para a criação da associação. Iniciativas que possibilitaram o projeto:

- entrega pela SLU de material de triagem;
- apoio da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), possibilitando aos associados participar em cursos de formação de cooperativa e de contabilidade;
- garantia de venda da produção para compradores de material reciclável.

200_

Pedido de construção de um galpão para abrigar a associação porque o espaço anteriormente cedido pela Prefeitura era pequeno e o volume do material de triagem era grande.

200_

Cessão de um terreno pela prefeitura e obtenção de verba para a construção de um galpão a partir de uma emenda parlamentar destinada a projetos relacionados ao transporte urbano.

200_

Projeto de um galpão, que teve como responsável um arquiteto da prefeitura. Esse arquiteto usou estudos de galpões já construídos para reciclagem para fazer seu projeto. Dessa etapa, os associados não participaram.

2007

Ocupação da construção vizinha, através da demolição do muro de limite entre o lote vizinho e a associação. Com o tempo, o coletivo Triadoras percebeu que a Prefeitura não o obrigaria a deixar o espaço, porque ela precisava descarregar todo o material e não havia outro lugar disponível.

2010

Por causa do aumento de maior volume de material de triagem, a área externa recebe uma cobertura. Planejamento de poupança de um ano e meio para arrecadar oito mil reais para pagar a dívida, já que haviam comprado uma combi para o transporte de material.



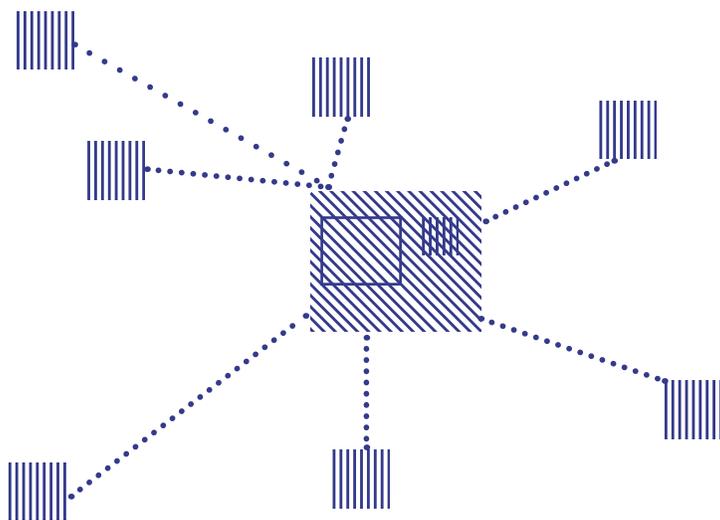
Legenda

2 Área ocupada – 2007

1 Área cedida pela Prefeitura para construção do galpão – 2006 3 Ampliação – Cobertura providenciada pela associação – 2010

DIAGRAMA ESPACIAL

O diagrama espacial do coletivo Triadoras tem, como seu centro, o espaço de trabalho. As residências estão distantes. Quando as trabalhadoras moram perto do galpão, residem em vilas e favelas. O espaço do encontro se restringe à área interna do galpão, onde as triadoras planejam o trabalho do dia, realizam reuniões e cursos de formação.



Pesquisadoras



Viviane Zerlotini da Silva



Talita Marques Ribeiro

Legenda



Espaço de moradia (universo da reprodução)



Espaço de trabalho (universo da produção)



Espaço de encontro (universo da política)

••••• Caminhos

COLETIVO ARTESÃOS



COLETIVO ARTESÃOS

FIGURA PÁGINA ANTERIOR

Fonte acervo da autora

4 Usucapião é um modo de adquirir propriedade pela posse pacífica e ininterrupta da coisa durante certo tempo (Dicionário Aurélio).

O coletivo Artesãos está localizado em um terreno de chão batido e com muitas árvores, na beira da Lagoa da Pampulha. Há 50 anos mais ou menos, os pais do atual presidente da associação, um exímio artista de pedras, chegaram a esse local, e, em 1977, sua mãe deu início ao processo de **usucapião**⁴, finalizado apenas em 2010. Além da casa dos pais e do galpão do coletivo, no terreno foram construídas a casa da família do presidente da associação e as de seus irmãos. A casa em que moram o artesão e sua família foi construída há cerca de 15 anos; a de sua mãe e de mais dois irmãos solteiros há 44 anos; a de sua irmã casada e de um sobrinho também casado há 13 anos. No total, são quatro residências. À medida que a segunda e a terceira geração formam novas famílias, novas moradias são construídas no terreno.

O galpão da associação foi levantado pelo artesão em 2005 e montado com sobras de materiais doados — divisórias velhas, madeiras e telhas transportadas pelo irmão carroceiro. A associação foi fundada em 2004, quando o artesão aceitou o convite para fazer parte de uma entidade de apoio da Economia Solidária. Nessa época, ele deixou a empresa onde trabalhava e, junto com um colega também artista, começou a organizar uma associação de artesanato em pedra.

São quatro as pessoas que formam essa associação. O líder do grupo é um artesão que já trabalha com pedras há quase trinta anos. Ele faz o acabamento das peças de pedra, dando a elas forma e beleza. Sua esposa monta as peças, trabalha com as vendas, recebe os clientes em casa, compra e busca as peças metálicas das bijuterias. O colega do artesão é encarregado de

cortar a pedra ainda bruta. Uma quarta pessoa faz parte do coletivo e é responsável pelos compromissos com a entidade de apoio.

O acesso à terra é importante para a existência do coletivo. Esse acesso é garantido, em primeiro lugar, pela posse da terra, o que se tornou possível pelo usucapião. Em segundo, pelo fato de a entidade coletiva, à qual ele pertence, permitir que seja usado o espaço público para mostrar e comercializar suas mercadorias nas feiras de rua.

FIGURA 17
Galpão do
coletivo Artesãos,
2011
Fonte acervo da
autora



LINHA DO TEMPO

- 196** — Chegada dos pais do presidente da associação ao lugar onde moram hoje e onde está o galpão da associação.
- 196** — Construção da casa dos pais e dois irmãos mais velhos do presidente da associação.
- 1977** — Início do processo de usucapião.
- 199** — Construção da casa do presidente da associação e sua família.
Construção da casa de sua irmã.
Construção da casa de um sobrinho.
- 2004** — O coletivo Artesãos surgiu em 2004, quando o artesão, artista em pedras e atual presidente da associação, aceitou o convite de uma entidade apoiadora de Economia Solidária. Ele deixou a empresa e começou a organizar, com o colega de trabalho, a associação de artesanato em pedra.
- 2005** — O galpão foi montado com as sobras de materiais que o presidente da associação recebeu. Esses materiais doados eram divisórias velhas, madeiras e telhas de fibrocimento.
- 2010** — Finalização do processo para garantir a posse do terreno em uma ação judicial, o chamado usucapião.



Legenda

1 Galpão

2 Residências

DIAGRAMA ESPACIAL

O espaço da moradia é central no diagrama espacial do coletivo de Artesãos e garante as atividades de trabalho e o local de morar da maior parte do coletivo. Alguns de seus membros vivem em bairros próximos. No coletivo Artesãos, o espaço de moradia agrega todas as atividades da família, inclusive de trabalho. O espaço do encontro é mínimo, reduzido à varanda da moradia do presidente da associação, onde são firmadas relações sociais que têm o objetivo de alcançar estabilidade econômica do empreendimento. Nem a entidade apoiadora de Economia Solidária, nem o ponto fixo para comercialização dos produtos são espaços políticos, pois não só simulam a participação dos grupos de trabalho associado nas políticas públicas de fomento à geração de renda e trabalho, como também perpetuam relações de dependência sob o escudo da participação. Pode se concluir que não há transformações qualitativas nessas relações sociais, a partir do trabalho do coletivo.

Pesquisadoras



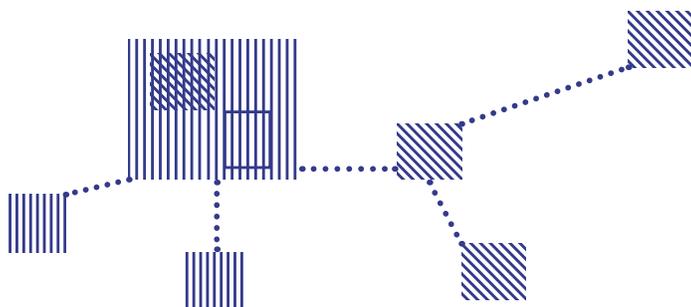
Ronisie Karoline
Santos Menezes



Leticia Campos de
Moura



Viviane Zerlotini da
Silva



Legenda



Espaço de moradia (universo da reprodução)



Espaço de trabalho (universo da produção)



Espaço de encontro (universo da política)

••••• Caminhos

DAS PRÁTICAS COLETIVAS E DAS LUTAS POLÍTICAS: ESTRATÉGIAS DA AUTOPRODUÇÃO DO ESPAÇO

Quando o coletivo atua para mudar as más condições de vida, as situações de opressão e de necessidade são vencidas para que a liberdade seja alcançada.

Observamos as estratégias que os coletivos Produtoras Rurais, Bordadeiras, Triadoras e Artesãos empregaram para autoproduzir o espaço e que podem revelar traços de autonomia ou, dito de outra maneira, a capacidade dos coletivos produzirem espaço.

O sentido das atividades dos coletivos vai além da produção de renda. O modo de autoprodução do espaço, como prática política, caracteriza-se pela predominância de atividades de trabalho para reprodução da vida!

1 ATIVIDADES DE TRABALHO PARA REPRODUÇÃO DA VIDA E O LIVRE DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES HUMANAS

As produtoras rurais passam a maior parte do tempo ocupadas em atividades de cuidado e proteção dos moradores da comunidade. De modo coletivo, cultivam

cereais, leguminosas e hortaliças que garantem o sustento do grupo, preparam refeições diárias para os seus membros, cuidam de crianças e idosos. Ao final do dia, ainda sobra tempo para um grande encontro no salão da comunidade, onde elas dançam e celebram a realização das atividades.

Não existe uma diferença entre trabalho de produção e de reprodução da vida e, assim, o trabalho tem sentido dentro e fora de casa. Diferentemente do modo de vida burguês, não há uma separação entre moradia e trabalho e, portanto, nessa situação, o trabalho não é considerado um fardo.

As produtoras rurais estão sempre prontas a garantir o bem comum a todos os que vivem no território, não sendo importantes as atividades que realizam.

O território da comunidade parece uma vila. Os espaços de moradia se misturam aos espaços de trabalho. Há espaços com uma única função, há espaços com várias funções. Mas todos estão próximos e articulados.

São dois tipos de habitação: alojamentos para solteiros e casais, com dormitórios e banheiros compartilhados; residências para famílias grandes, unidas por graus de parentesco. A cozinha, o refeitório, a escola e o salão de encontro são espaços de cuidado. Os espaços de produção são as lavouras e os galpões de criação de animais, de processamento de cereais, de guarda de equipamentos e tratores, de marcenaria e costura. Todos esses espaços abrigam diferentes atividades de promoção da vida!



Todos que escolheram, por livre vontade, tomar parte da vida comunitária se sentem responsáveis em trabalhar pelo coletivo. Como a prática política não é responsabilidade de um pequeno grupo de especialistas, não há um espaço específico para a sua realização. Os espaços de prática política estão por todo o território!

O coletivo Produtoras Rurais muda ao longo do tempo. Novos membros se juntam a esse coletivo, outros vão embora. Grupos se formam por algum tempo em torno de um objetivo comum. De acordo com as necessidades da comunidade, pequenos coletivos são criados e, terminadas suas atividades, eles se desfazem.

FIGURA 20
Galpões de criação de animais, de processamento de cereais, de guarda de equipamentos e tratores do coletivo Produtoras Rurais
Fonte Acervo da autora

A prática política de todo o dia, o trabalho que faz sentido e a demonstração da livre vontade tornam possíveis as diferentes atividades culturais no território, quando pessoas com interesses comuns se reúnem.

Há vários grupos artísticos: grupo de quadrilha *Harmonia*, *Lady Gaga Cover* e as bailarinas, a dupla sertaneja *Márcia e Maciel*, a dupla de dança *Zé da Boneca*, grupo de dançarinos *Os predadores do futuro*, o casal de dança *Cravo & Yasmin*, coral e teatro infantil *Vida Feliz*, grupo de balé *Flor da Noiva*, coral adulto, grupo de teatro *Quinta Geração*, os três violeiros e um sanfoneiro *Os incríveis*, o *Stand Up* de *Canela* e os repentistas *Tinki&Lavê*.

As atividades como promoção da vida rompem as fronteiras entre casa e trabalho, o que permite, assim, aberturas para que os sujeitos possam exercer suas singularidades, mesmo em um modo de vida coletivo.

2 USO COMUM E O ACESSO AOS MEIOS DE REPRODUÇÃO

Os coletivos de trabalho dão aos meios de reprodução da vida os recursos naturais, a terra, o espaço construído, o livre desenvolvimento das potencialidades humanas, uma atenção bem especial. Isso se explica porque os coletivos estão comprometidos em garantir a existência do grupo e a satisfação das necessidades sociais. Dada a finalidade de promover a vida, os meios de reprodução não se tornam propriedades para serem comercializadas porque eles estão destinados ao uso comum.

No coletivo Produtoras Rurais, a terra — onde são cultivadas as lavouras e estão os diferentes espaços da comunidade — é da matriarca da comunidade, que se tornou herdeira do marido e do pai. A posse do terreno não está legalizada. Não existe escritura, apenas um documento de partilha. Todos aqueles que querem viver nas terras da matriarca não têm título de propriedade. As terras não são divididas em propriedades. Se a terra e seus recursos dão condições de vida do coletivo, não faz sentido um indivíduo se apropriar de um pedaço da terra.

Prevalece o valor de uso dos meios de reprodução! Mas o que podem fazer os coletivos que não têm acesso à terra?

É o caso dos coletivos Artesãos, Bordadeiras e Triadoras. Ao contrário do coletivo Produtoras Rurais, eles vivem na cidade. A terra na cidade já foi dividida, transformada em mercadoria e negociada. O preço para comprar a terra é alto e, por isso, os coletivos se organizam, de diferentes maneiras, para obter o acesso aos meios de reprodução.

O coletivo Artesãos providenciou a construção do galpão da associação na propriedade dos pais da liderança do coletivo, para permitir suas atividades de trabalho. Mas não é somente o galpão que foi construído no local. Além da residência dos pais da liderança do coletivo, há as moradias de todos os irmãos! A segurança da posse da terra, permitida pelo título de propriedade conquistada por usucapião, evita a compra da terra. Assim, o coletivo pode viver e trabalhar!

FIGURA 21

Frente do lote que abriga a associação do coletivo Artesãos e as casas de familiares

Fonte Acervo da autora



O coletivo Bordadeiras construiu um centro de apoio numa área comprada pelos idealizadores da associação, usando os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço de um deles. Alguns membros do coletivo moram no centro de apoio, que funciona como um local de encontro e ajuda mútua aos seus associados. Nesse centro, são realizadas oficinas de bordado e artesanato, reuniões de trabalho, de planejamento da produção, de organização das feiras, festas e o acolhimento de demandas individuais. Essas demandas vão desde orientações para conseguirem aposentadoria ou simples escuta de problemas pessoais, como a violência doméstica. Para tanto, existe, no centro de apoio, uma construção chamada Capelinha.



O coletivo Triadoras depende muito do Estado para garantir um lugar de trabalho. Esse coletivo, com o argumento de prestação de serviço público de limpeza urbana, obteve da prefeitura municipal a concessão de dois galpões de triagem. Contudo, a concessão de uso dos galpões, por si só, não garante um ambiente de trabalho adequado. Além de estarem distantes de onde as triadoras moram, esses galpões não estão adequados para a realização das atividades de triagem. Por exemplo, devido ao espaço pequeno do galpão de menor tamanho, o coletivo resolveu ocupar uma construção vizinha que estava vazia e inacabada.

FIGURA 22

Construção do centro de apoio do coletivo Bordadeiras para acolhimento de demandas dos integrantes do grupo, chamado Capelinha

Fonte Acervo da autora



FIGURA 23

Ocupação de construção abandonada pelo coletivo Triadoras

Fonte Acervo da autora

A ocupação de espaços — vazios ou pouco utilizados, mas bem localizados — e a coabitação familiar são antigas artimanhas populares para evitar o alto custo da terra. Essas estratégias também estão presentes nos coletivos de trabalho e são alternativas para garantir a posse dos meios de reprodução, em uma sociedade capitalista.

Porém, essas adequações por si só não garantem a satisfação das necessidades sociais. Quando os coletivos exercem, no espaço de uso comum, exclusivamente atividade produtiva, de lucro e renda, eles se sentem oprimidos e com dificuldades de alcançar a

emancipação social. Quando os espaços de uso comum abrigam diferentes atividades de produção e reprodução, os coletivos estão comprometidos com a garantia de vida plena de seus membros. Os espaços são vários, e a prática política cotidiana está instaurada.

Mas não é somente a terra e seus recursos que apresentam um uso comum pelos coletivos, o livre desenvolvimento das potencialidades humanas também. Veremos, no item 6 — Autoprodução do Espaço e livre desenvolvimento das potencialidades humanas —, que os coletivos compartilham experiências e saberes acerca da produção cotidiana do espaço. Essa estratégia é fundamental para o grupo social romper com a dependência do conhecimento técnico especializado.

3 AUTOGOVERNO E RELAÇÕES DE PROXIMIDADE

As funções necessárias à reprodução da vida não exigem qualquer hierarquia estrutural de dominação e subordinação para se estabelecerem (Mészáros, 2011 [1994]). Desse modo, parece claro que, nas formas mais simples de organização da vida humana, o autogoverno tem como ponto de partida a libertação dos padrões patriarcais de relações sociais.

No caso do coletivo Produtoras Rurais, a comunidade à qual ele pertence apresentava antigas relações desiguais de gênero de acordo com as severas regras religiosas da época em que foi estabelecida a igreja Noiva do Cordeiro nos anos de 1940. As situações de violência foram vencidas, e arranjos coletivos foram criados para

garantir a sobrevivência do grupo, afastando-o das situações humilhantes de miséria e fome. As falas das mulheres entrevistadas indicam as regras feitas por elas com base nessa experiência anterior: “a regra é ser livre”; “aqui cada um quer para todo mundo”; “quando une, tudo fica mais forte”.

Um novo arranjo entre as atividades de trabalho de produção e reprodução ajudou no sentido de que o coletivo Produtoras Rurais repartisse essas atividades de acordo com os interesses e habilidades de cada pessoa, não importando o sexo.

Nos espaços de moradia das mulheres do coletivo Bordadeiras, também está presente uma relação de opressão. Elas contam com o apoio no espaço da associação Mulheres da Vila, chamado Maloca, para tentar enfrentar o sofrimento causado pela cultura patriarcal, que afirma que a mulher deve usar seu tempo somente nas atividades domésticas. Nos encontros obrigatórios quinzenais, essas mulheres compartilham suas dificuldades e buscam elaborar uma outra regra nas relações com seus maridos e filhos. Essas regras se apoiam numa distribuição mais democrática das tarefas entre os membros da família nas suas casas.



As práticas de autogoverno do coletivo sempre levantam questões sobre as situações difíceis do dia a dia para tomar uma decisão. No coletivo Produtoras Rurais, as antigas doutrinas religiosas do pastor foram discutidas por meio de debates. Ele havia estudado todas as religiões para provar que a sua era a melhor. Por isso, elas organizaram grupos de estudo para encontrar argumentos que provassem que o ponto de vista do pastor não estava certo. Essa prática permanece até hoje, e a comunidade se encontra para discutir sobre determinados assuntos, principalmente, através de jogos, que são chamados “jogos de conhecimento”. Depois de escolherem um tema, elas buscam informações na internet para levantar questões, que são

FIGURA 24

Centro de apoio do coletivo Bordadeiras, onde ocorrem encontros quinzenais

Fonte Acervo da autora

dirigidas às equipes. O debate permite elaborar argumentos para se defender uma ideia, com base em pontos de vista diferentes.

Identificar as ideias de cada um torna possível mostrar os conflitos, refletir sobre possibilidades e partilhar o conhecimento, a partir da prática ou experiências vividas. Nos dizeres de Kapp *et al.* (2012), tal procedimento permite que os próprios trabalhadores problematizem e potencializem sua produção sócio-espacial.

Mas nem todos os coletivos têm liberdade para criar suas próprias regras. Os coletivos Artesãos e Triadoras são obrigados a obedecer a ordens que vêm de fora, e essas ordens estão ligadas à produtividade, que garante a renda de seus membros. Se, por um lado, aceitam o trabalho duro, de outro, procuram se organizar para diminuir os efeitos dessas ordens externas.

Nos dois coletivos, trabalhadores adoecem devido ao trabalho pesado. Mas eles elaboram regras que permitem algum controle sobre as condições de trabalho. Essas regras são chamadas de normas reguladoras. Assim, no coletivo Artesãos, nos dias de maior calor, os trabalhadores executam suas tarefas do lado de fora do galpão ou retiram as telhas, o que torna mais ventilado o ambiente.

No coletivo Triadoras, as trabalhadoras chegam bem cedo ao galpão para aproveitar a temperatura mais agradável da manhã. Há também uma divisão do trabalho que leva em consideração a saúde do trabalhador. Os mais velhos e as mulheres grávidas fazem as tarefas menos pesadas.

situações de ameaça externa à integridade física e social dos associados, e assim protegê-los.

Normas norteadoras são regras elaboradas para garantir o uso comum de recursos e produtos a todo o coletivo de trabalho.

O uso comum da terra é um bom exemplo!

Quando a terra é escassa — pois já foi parcelada e virou mercadoria —, ela é cara. Morar perto do trabalho ou no trabalho, como acontece nos coletivos Artesãos e Triadoras, é uma norma reguladora. Os coletivos elaboram estratégias para reagir à falta de moradia.

Quando a terra ainda não virou mercadoria, erguer a casa de qualquer membro do coletivo no território, como no caso das Produtoras Rurais, é uma norma norteadora.

O uso dos produtos do trabalho é outro bom exemplo!

Quando o trabalhador depende tão somente da renda para sobreviver, a sobra da venda dos produtos do trabalho coletivo é distribuída de maneira democrática — veja o caso do coletivo Triadoras. Essa partilha é uma **norma reguladora**.

Abstração feita do que expomos até aqui, foi em geral um erro transformar a assim chamada distribuição em algo essencial e pôr nela o acento principal.

Karl Marx, 2012 [1875], 28



Quando o trabalhador não depende somente da renda, porque o acesso aos meios de reprodução está garantido, a questão da distribuição da renda não é levantada. A garantia de direitos é uma **norma norteadora** porque contém um princípio vital de promoção da vida.

De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!

Karl Marx, 2012 [1875], 28

Em uma sociedade desigual e injusta como a nossa, os coletivos de trabalhadores criam normas reguladoras e norteadoras ao mesmo tempo, em suas práticas políticas.

Quando os coletivos não elaboram **normas norteadoras** para adotar exclusivamente **normas reguladoras**, eles devem ficar atentos.

Tal situação indica que o coletivo está sob fortes constrangimentos e relações de opressão, o que dificulta sua emancipação social e política.

Normas norteadoras são realizadas na esfera da reprodução da vida e em espaços de uso comum.

No coletivo Artesãos, o lote pertence à matriarca da família, mas todos os filhos sabem que o lote é patrimônio de todos, pois as futuras gerações terão acesso a um pedaço de chão e, portanto, garantia de onde morar.

No coletivo Bordadeiras, a Maloca foi construída para abrigar a residência da família e o projeto social

Mulheres da Vila. A posse da terra garante a continuidade do projeto ao longo do tempo.

No coletivo Produtoras Rurais, as terras da matriarca e os espaços de uso comum, como a Casa Mãe ou o refeitório comunitário, são de responsabilidade de todos que moram no local e dele usufruem. O uso comum desses espaços promove a atuação política dos membros da comunidade.

O coletivo Produtoras Rurais não delega para nenhuma instância externa, Estado ou Igreja, a busca de soluções de seus problemas. Tal atitude faz com que seus membros mostrem engajamento político, sem a necessidade de formalizar suas atividades, como a redação de atas de reuniões. Essas atas são consideradas inúteis pelos membros da comunidade.

No caso do coletivo Artesãos, as relações patriarcais reduzem as atividades de trabalho da reprodução da vida em simples atividades domésticas, o que torna impossível a atuação das mulheres nos processos decisórios.

Essas situações indicam que a emancipação social ou política ocorre quando os coletivos elaboram regras que consideram a reprodução da vida.

Na produção do espaço, esse padrão de reprodução da vida se caracteriza pela articulação entre espaços de moradia e de trabalho, pelas relações de proximidade entre os membros do grupo, pela **coabitação familiar**⁵ e pela posse comunal do espaço e de seus meios de reprodução.

5. O critério de coabitação familiar — duas ou mais famílias vivendo em um mesmo local — sofreu atualização em 2007, quando o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) conferiu novo conceito para o cálculo do déficit habitacional na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Assim, a coabitação familiar deixou de ser entendida como uma situação imperativa para assumir o formato de opção, em função da necessidade de identificar as famílias que optaram por conviver em um mesmo domicílio (CEI/FJP, Ministério das Cidades, 2010).

4 RELAÇÕES SOCIAIS NÃO HIERÁRQUICAS

O espaço privado da moradia e o espaço especializado do galpão de fábrica mantêm os indivíduos afastados um dos outros e promovem relações sociais injustas de gênero, raça e entre classes sociais. O isolamento dos trabalhadores, em casa ou no galpão da fábrica, separa o indivíduo da vida pública e das práticas políticas.

A luta pela sobrevivência conserva o indivíduo afastado do grupo social ao qual ele pertence. Em consequência disso, fica indiferente às questões sociais e incapaz de fazer parte do coletivo.

Os coletivos de trabalho que estão atentos a essa separação devem pensar em práticas políticas que impeçam tal separação para que homens e mulheres venham a ser responsáveis pelas atividades de cuidado e proteção.

A autoprodução dos espaços pelos coletivos de trabalho mostra a luta diária dos pobres para sobreviver nas grandes cidades, fazendo crescer o debate sobre as questões sociais, que estão além dos problemas ligados à habitação ou à geração de trabalho e renda.

É necessário saber quais são os recursos e instrumentos empregados pelos trabalhadores associados com o objetivo de potencializar os processos de produção do espaço que promovem “pequenos ganhos de autonomia” (Souza M. L., 2010 [2001]). Vencer o pensamento individualista exige que as relações sociais sejam mais horizontais, menos opressoras.

Concepções individualistas

Concepções individualistas centradas no universo da geração de renda e trabalho correm o risco de se tornarem produtivistas porque consideram somente as atividades humanas que produzem riquezas que podem ser acumuladas.

De modo geral, as situações em que os indivíduos continuam indiferentes em relação às suas condições de vida e trabalho dizem respeito à urgência das demandas por sobrevivência, como “ganhar o pão de cada dia”. O deslocamento diário do indivíduo entre a casa e o trabalho, o uso constante do corpo como ferramenta de trabalho e o pouco descanso de fim de semana levam ao encurtamento do tempo livre. Esse tempo passa a ser percebido como horário de folga no meio de tantas tarefas.

Ou seja, as atividades antes mencionadas são atividades de trabalho forçado para garantir a sobrevivência do indivíduo:

“Não ‘atividade de vida’, na qual o homem ‘se afirma’, mas mero ‘meio de vida individual’, autonegação que ‘mortifica sua physis e arruina seu espírito’.

Mészáros, 2006 [1970], 146



Por esses motivos, a atividade política desses indivíduos nos coletivos de trabalho fica mais difícil. Os próprios indivíduos entendem que a luta de todo o dia pela sobrevivência — acordar cedo, usar o péssimo serviço de transporte, trabalhar duro, chegar tarde em casa,

iniciar uma segunda jornada de trabalho, etc — é tão digna quanto a luta de trabalhadores organizados por melhores condições de vida — garantir a posse da terra, exigir acesso à água potável, tratamento de esgoto, energia, convocar os vizinhos, participar de reuniões, realizar festas, etc.

Permanece central a ideia de sobreviver para produzir e não a lógica contrária, em que a existência de pessoas se torna o fim e não o meio para a produção (Kapp; Lino, 2008).

O discurso da luta por sobrevivência encobre relações desiguais entre classes sociais, de gênero e de raça. O coletivo Artesãos, infelizmente, é um exemplo de relações injustas de gênero. Com base na ideia de que suas tarefas de artesão e de administrador dos negócios dão mais valor ao produto, o presidente do coletivo deixa as decisões sobre as atividades de cuidado e proteção nos espaços de reprodução para as mulheres — sua esposa, sua mãe e sua irmã. Mas elas devem continuar dando conta de desenvolver as atividades que o apoiam nas situações da vida e do trabalho. A sua esposa, por exemplo, recebe pouco pela finalização das bijuterias; não recebe nada pelo trabalho de motorista, entregadora e secretária. É sua obrigação cuidar da cozinha, da arrumação da casa e dos filhos.

A soma do trabalho de produção e de reprodução promove a relação desigual de gênero. Essa sobrecarga é imposta pelo presidente da associação e causa o adoecimento de sua esposa, dado que predomina a ideologia patriarcal dominante.

Propostas heterônomas dos técnicos

De modo similar às ordens patriarcais, quando as decisões sobre o espaço são tomadas somente por técnicos especialistas, o modo de produção é chamado de heterônimo. Os participantes da produção heterônoma podem ser uma empresa privada (as construtoras) ou pública (o Estado), que têm acesso a informações, financiamento e suporte técnico. Além disso, elas são obrigadas a seguir normas legais como aquelas de acessibilidade e segurança.

É fácil perceber que as relações sociais na produção heterônoma do espaço são hierárquicas e opressoras.

No coletivo Triadoras, um arquiteto da Prefeitura foi o responsável pelo projeto do galpão. Esse profissional usou estudos de projetos de galpões já existentes. Os associados não tomaram parte no planejamento desse galpão, mas os técnicos pediram a eles que fizessem desenhos dando ideias para os espaços onde colocar materiais e equipamentos. O coletivo não se manifestou por falta de conhecimento sobre o assunto, uma vez que a triagem do material era realizada na sombra de uma árvore.

O arranjo inicial do galpão, indicado no projeto de arquitetura, foi todo modificado quando a associação ocupou o espaço. Por exemplo, o arquiteto planejou uma pequena área junto à entrada de pedestres que funcionaria como uma loja de artigos reciclados produzidos pelos associados. A ideia não foi boa pois era preciso que alguém da associação cuidasse da loja. O projeto pensava em criar setores no espaço interno, com

sinalização indicando os locais de depósito de cada material. Porém, essa setorização não era útil, pois não acompanhava a grande procura de material e a rotina de atividades. O vigamento do galpão não permitia a entrada dos caminhões que seriam carregados. Esse problema se tornaria maior na época de chuva, pois o material reciclado não pode ser molhado.

De maneira geral, os recursos empregados pelas triadoras para a produção do espaço formam dois tipos: os elementos próprios de uma produção heterônoma e os de uma autoprodução do espaço. Os instrumentos da produção heterônoma foram mais importantes na fase inicial da constituição da associação, enquanto os técnicos da Prefeitura eram responsáveis pelas decisões.

Assim, os técnicos usaram o projeto e todo o aparato elaborado a partir dele: "orçamentos, alocação de recursos, cronogramas, aprovações legais etc." (Baltazar; Kapp, 2006, 94). Empregaram o capital cultural, com a finalidade de converter o conhecimento técnico em argumentos de autoridade para conseguir os recursos econômicos e não econômicos necessários para a implantação da proposta; usaram o capital social para conseguir acesso privilegiado à informação. Com esse objetivo, os técnicos sugeriram ao coletivo de utilizarem o recurso da "pressão popular orientada". Os técnicos indicaram aos integrantes do coletivo o horário e o local em que os políticos estariam, de modo a reivindicar uma tomada de decisão favorável à constituição da associação.

Os instrumentos empregados para a autoprodução do

espaço foram mais importantes quando os membros da associação ocuparam a área do galpão cedida pela Prefeitura. Esses instrumentos são o uso da estratégia de tentativa e erro, a fim de se auto-organizarem para a ampliação e a reforma do galpão; a invasão e a ocupação de nova área; a rede de relacionamento, no sentido de buscar conhecimento de técnicos apoiadores, quando um problema era identificado, e de estabelecer e manter parcerias fundamentais para a continuidade das atividades da associação; a localização da moradia no mesmo local do trabalho, no caso da presidente da associação; a moradia próxima ao local de trabalho, no caso dos membros moradores das vilas da região; o desempenho de atividades reprodutivas no local do trabalho, como o cuidado de crianças e a alimentação do grupo; a destinação de atividades menos difíceis para idosos e doentes; a auto-organização do tempo de trabalho em função de atividades domésticas e de cuidado; a ajuda mútua em tarefas corriqueiras, como carregar fardo e transportá-los; o “fazer vaquinha” para obtenção de recursos para ampliação e reforma do espaço; o mutirão para reformar o espaço, etc.

Esses recursos não são suficientes para conformar uma produção autônoma do espaço, devido à concentração do processo decisório na pessoa da presidente da associação e à escassez de informação técnica. O tempo é um fator que concorre para a manutenção dessa situação. O tempo da presidente é usado para desenvolver competências e habilidades que mobilizam os recursos necessários para a sustentabilidade econômica da associação. O tempo dos membros associados é empregado exclusivamente para a triagem, pois eles

recebem segundo a produção. Portanto, é mais difícil eles desenvolverem competências para a tomada de decisões no âmbito da administração.

Relações sociais horizontais

A fim de fazer frente às regras impostas pelas propostas heterônomas dos técnicos, os coletivos de trabalho se organizam para conseguir maior autonomia em suas práticas sócio-espaciais. Esse modo de construir é chamado de produção autônoma do espaço.

As iniciativas autônomas dos grupos associados são estudadas nesta pesquisa com base, principalmente, nas atividades de cuidado e proteção, isto é, do trabalho de reprodução da vida. Isso quer dizer considerar as atividades não somente eventuais de reprodução no espaço de produção — como o intervalo para descanso ou alimentação no espaço de trabalho —, mas também os espaços e tempos do trabalho de cuidado e proteção na vida cotidiana.

A centralidade da reprodução — vida — em relação à produção — trabalho — não pede relações sociais baseadas no controle da produtividade do galpão de fábrica ou no controle da vida privada em casa. Ao contrário, a reprodução da vida mostra que existem relações horizontais entre os membros dos coletivos.

Relações horizontais não são consensuais, e na prática ocorrem conflitos. O reconhecimento desses conflitos afasta a concepção de tipos ideais como o “homem econômico” e a “mulher solidária”, que simbolizam o tipo patriarcal de relações sociais opressoras.

Deste modo, acredita-se que os coletivos de trabalhadores que se auto-organizam, tentando garantir condições objetivas e subjetivas de vida, apresentam possibilidades de superação do trabalho alienado, da pobreza e de outras relações de opressão, como o racismo e o machismo.

5 EFEITOS ÚTEIS DO TRABALHO COMBINADO

Quando se associam, é claro que os coletivos de trabalhadores mobilizam a força de trabalho social. Artesãos e produtoras rurais mobilizam a força de trabalho da família estendida. Triadoras e bordadeiras mobilizam não só a força de trabalho da família, como também a força de trabalho dos vizinhos. Essa mobilização da força de trabalho social torna possível que o trabalho coletivo tenha um potencial maior, quando comparado ao trabalho individual. Nas atividades dos coletivos — tanto nos espaços de trabalho, quanto nos espaços de moradia — podem ser sentidos os efeitos úteis do trabalho combinado.

Mobilização da força de trabalho social (segundo Karl Marx)

– Poupança dos meios de produção em virtude de seu uso comum

Quando as mulheres do coletivo Produtoras Rurais decidem juntar, em um mesmo local, a máquina de costura de cada uma, elas buscam poupar os meios de produção, fazendo uso comum desses meios, no caso as máquinas de costura.

FIGURA 25

Oficina de costura do coletivo Produtoras Rurais

Fonte Acervo da autora



Construções onde muitos trabalham, depósitos para matéria-prima etc, recipientes, instrumentos, aparelhos etc. que servem a muitos simultânea ou alternadamente, em suma, uma parte dos meios de produção é agora utilizada em comum no processo de trabalho.

Karl Marx, 2010 [1859], 377



- Redução do espaço em relação à escala de produção

Quando as mulheres do coletivo Produtoras Rurais decidem juntar, em um mesmo lugar, a máquina de costura de cada uma, elas buscam diminuir o espaço em relação à escala de produção.

Custa menos trabalho construir uma oficina para 20 pessoas do que 10 oficinas, cada uma com capacidade para duas pessoas [...].

Karl Marx (2010 [1859]), 377

A comunidade de que elas fazem parte utiliza outros efeitos do trabalho combinado na esfera da produção (trabalho) e da reprodução (vida). Portanto, tornar o espaço menor em relação à escala de reprodução é um meio empregado nas construções de uso coletivo — no refeitório, na cozinha, na lavanderia e nos dormitórios.

- Ampliação do espaço em que atua o trabalho

A ampliação do espaço de trabalho fica mais clara quando uma das lideranças do coletivo Produtoras Rurais fala sobre a história dos trabalhos na lavoura. Ela conta que, em uma determinada época, as famílias plantavam roças individuais e puderam verificar que essas roças não rendiam muito. Isso fez com que elas pensassem que as tarefas poderiam render mais se as famílias ajudassem umas às outras. Com o tempo, a comunidade tomou a decisão de trabalhar coletivamente. Daí, surgiu a lavoura e a horta comunitária.

Depois de lembrar desse fato, a produtora rural disse que até mesmo aqueles moradores que não têm “espírito comunitário”, pois todos têm liberdade para decidir seu modo de vida, tiram proveito de um bem comum — a horta comunitária. E ela conclui: “Não há como ser individual”.

[...] construção de diques, com obras de irrigação, canais, estradas, ferrovias etc.

Karl Marx (2010 [1859]), 382

FIGURA 26

Lavanderia comunitária do coletivo Produtoras Rurais

Fonte Acervo da autora

FIGURA 27

Horta comunitária do coletivo Produtoras Rurais

Fonte Acervo da autora



- Mobilização de muito trabalho em momento crítico

O regime de mutirão — regime de trabalho em que um coletivo de trabalhadores se reúne para ajudar um ou alguns membros do coletivo — atinge outro efeito útil do trabalho combinado quando é necessária grande quantidade de mão de obra em um momento específico. No tempo certo da colheita da lavoura, da limpeza do feijão da safra atual, da construção de uma edificação de uso da coletividade, da reposição do estoque dos artigos da fábrica, para que os coletivos possam participar de feiras e eventos, etc, é importante a união do trabalho de todos para evitar perdas e prejuízos.

[...] tosquiando um rebanho de ovelhas ou de ceifar e colher um campo de trigo, a quantidade e a qualidade do produto dependem de se iniciarem e se concluírem em tempos fixados essas operações.

Karl Marx (2010 [1859], 381)



- Emulação entre indivíduos, animando-os e estimulando-os na execução de tarefas repetitivas

As produtoras rurais, nas suas atividades na lavoura, na catação de lenha ou na construção, costumam se animar cantando durante a execução de tarefas repetitivas. Essas tarefas, como passar de mão em mão o produto da colheita, a lenha ou o tijolo, facilitando o seu transporte, são chamadas pela própria comunidade de “trabalho de formiguinha”.

Pedreiros, por exemplo, que fazem passar tijolos de mão em mão até o alto de um andaime, executam todos eles a mesma tarefa [...] todos em conjunto, fazendo, o chegar ao ponto de

destino mais rapidamente do que o fariam se cada um deles carregasse separadamente seu tijolo até o alto do andaime.

Karl Marx (2010 [1859] nota de rodapé, 380)

- Realização de diversas operações ao mesmo tempo em um processo de trabalho complicado

A preparação de refeição para todos se torna uma atividade coletiva. A cozinheira conta com a ajuda de uma equipe para realização de várias ações, ao mesmo tempo, em um processo complicado: uma limpa o alimento e a outra o prepara; uma cozinha, enquanto outras arrumam o salão do refeitório para servir os alimentos. Como diria Marx (2010 [1859]), o preparo da comida alcança um resultado impossível de se obter sem essa cooperação.

Um rema, outro governa o leme, outro lança a rede ou arpoa o peixe, e a pesca alcança um resultado impossível de obter sem essa cooperação.

Karl Marx (2010 [1859], nota de rodapé, 381)

- Elevação da potência mecânica do trabalho

Quando a edificação do dormitório Casa Amarela estava sendo construída, o coletivo Produtoras Rurais recebeu um convite para trabalhar sob regime de empreitada, cujo pagamento é realizado por preço previamente combinado, em uma fazenda vizinha. O trabalho era muito pesado: empilhar grandes troncos de eucalipto. Os homens ajudavam no final de semana, quando retornavam de seus trabalhos em Belo Horizonte. Esse trabalho somente foi aceito porque o coletivo precisava de dinheiro para a construção da Casa Amarela.

[...] levantar uma carga, fazer girar uma pesada manivela ou remover um obstáculo.

Marx (2010 [1859], 379



Empréstimo ao trabalho individual do caráter do trabalho social médio

O coletivo Produtoras Rurais produz o seu próprio alojamento. Em regime de mutirão, a comunidade realiza o plantio, a capina e a colheita. Essas atividades necessitam de grande número de pessoas. No quadro de aviso da cozinha comunitária, estão as informações das datas dos mutirões. Mas nem todos consultam o quadro de aviso. Preferem consultar diretamente seus vizinhos sobre a programação de atividades do coletivo.

FIGURA 28

Alojamento
do coletivo
Produtoras Rurais
— Casa Amarela

Fonte Acervo da
autora

Todos colaboram com o mutirão, não levando em conta o sexo e a idade, de modo que as diferenças individuais entre eles — uma maior ou menor experiência e habilidade nas atividades — são compensadas pela ajuda mútua.



Em cada ramo de atividades, o trabalhador individual, Pedro ou Paulo, difere mais ou menos do trabalhador médio. Essas diferenças individuais, chamadas em matemática de erros, compensam-se e desaparecem quando se toma certo números de trabalhadores.

Karl Marx 2010 [1859], 376

Adequação da Força de Trabalho Social em uma sociedade capitalista

As práticas sócio-espaciais próprias dos coletivos de trabalho combinam as jornadas coletivas e seus efeitos úteis, adaptando sua força de trabalho social em uma sociedade capitalista. Essas adequações trazem pelo menos dois efeitos úteis do trabalho combinado: doação de dinheiro ou de objeto útil feita pelos membros do coletivo, para substituir o empréstimo do trabalho individual ao trabalho social, e encontro periódico em espaço de uso comum, para que os membros do coletivo mantenham os vínculos e valorizem as diferenças individuais.

Doação de dinheiro ou objeto útil feita pelos membros do coletivo

No caso do mutirão, o empréstimo do trabalho individual assume a forma de doação de dinheiro, quando a pessoa não pode contribuir nas atividades. Nesses casos, o

trabalho do membro do coletivo é substituído por uma determinada quantia em dinheiro ou por um objeto útil. Essa situação é comum na construção de edificação de uso coletivo, sendo que os indivíduos fazem doação de dinheiro ou de material de construção. Nesses casos, os recursos econômicos vêm de programas de redistribuição de renda do Estado como bolsa família ou aposentadoria, e de trabalho assalariado.

Encontro periódico em espaço de uso comum

Quando o trabalho é realizado pelos membros de um coletivo em sua casa, isoladamente, a estratégia é se encontrar, em datas marcadas, em espaço de uso comum. Como as bordadeiras moram em lugares distantes — fruto de um processo de urbanização extensiva nas periferias brasileiras — o modo foi o coletivo se encontrar periodicamente na associação.

Em encontros quinzenais, cada uma delas recebe o material de trabalho, entrega as peças prontas, discutem os modelos das roupas e dos desenhos dos bordados, sugerindo umas às outras ajustes e melhorias. O compartilhamento dos bordados é um momento de aceitação e valorização das diferenças individuais.

Trabalho combinado de reprodução (cuidado e proteção)

Há outros regimes de trabalho, que não foram indicados por Marx em sua análise do trabalho combinado, mas que também produzem um efeito útil e são próprios do trabalho de reprodução. Trata-se do rodízio e do empréstimo do caráter do trabalho individual ao trabalho social.

Trabalho em rodízio

No rodízio, os membros da comunidade se substituem na realização de determinadas tarefas, a fim de evitar uma carga exagerada de esforço.

O coletivo Produtoras Rurais se organiza em turnos nos cuidados de crianças e idosos. Essa organização do trabalho em escalas ocorre também nas tarefas de guia de turismo, pois as produtoras se substituem na atividade de acompanhamento dos visitantes.

O rodízio, como um regime de trabalho, demonstra que o trabalho de reprodução — aquele não pago ou mal-pago realizado por mulheres na atualidade ou por povos escravizados em épocas anteriores, não pode ter seu tempo medido. O trabalho de reprodução aparece em função de demandas. Por isso, ele difere do trabalho de produção que tem o tempo medido, cronometrado, registrado com exatidão.

Vejam-se algumas frases: “Aqui, ninguém espera o outro mandar. Se a lata de lixo está cheia, alguém vai lá e recolhe”, “Se é época de colheita, todo mundo já se prepara para o mutirão” e “Se o bichinho está com fome, alguém dá a ração”. Essas frases são ditas pelas mulheres do coletivo Bordadeiras e Produtoras Rurais e mostram como a organização do trabalho se ajusta às tarefas que aparecem ao longo do dia.

Efetivamente, o trabalho de reprodução não é acumulável. À revelia do aspirador de pó, do freezer, da inseminação artificial e de toda a imensa produção de mercadorias destinadas

ao consumo doméstico, não se pode limpar a poeira de amanhã, nem matar a fome da semana que vem ou gestar os filhos da década seguinte. Se o aumento das forças produtivas de uma sociedade tende a reduzir o trabalho necessário à reprodução, ainda assim uma grande parcela desse trabalho não pode ser mercantilizada, racionalizada ou socializada. Mesmo que muitas mercadorias estejam disponíveis e os salários efetivamente permitam comprá-las, a criação dos filhos, a manutenção da moradia, o cuidado com os doentes e até mesmo o consumo concreto envolvem um trabalho não reificável, sem o qual nenhum outro tipo de trabalho seria possível.

Kapp; Lino, 2008, 18



Empréstimo do caráter do trabalho individual ao trabalho social

Outro efeito útil do trabalho combinado, próprio da racionalidade do trabalho de reprodução, é o empréstimo do caráter do trabalho individual ao trabalho social. Mas no trabalho de reprodução, esse empréstimo não apaga diferenças. É a própria diferença de cada membro do coletivo que contribui com o sucesso da atividade combinada.

No coletivo Bordadeiras, por exemplo, as tarefas são organizadas segundo o espírito comunitário. Cada atividade é executada segundo o interesse e a habilidade das que formam o grupo. Há uma ajuda mútua baseada na experiência e na história de vida de cada uma. O respeito às características pessoais também é muito

valorizado. Assim sendo, há diferenças nos bordados em função da habilidade, da dedicação e da disponibilidade de cada uma, e essas diferenças são aceitas e desejáveis pelo grupo.



FIGURA 29

Debate sobre a produção do coletivo Bordadeiras

Fonte Acervo da autora

As mulheres se reúnem, em datas marcadas, para apreciar bordados, propor ideias de desenhos e pedir opiniões. O fato dos bordados mostrarem diferenças não é problema no momento em que o preço das peças é discutido. A discussão é sempre acalorada, mas o debate esclarece os critérios de avaliação: o tipo de peça (vestido, saia, blusa, etc.), o tamanho (P, M, G) e o bordado “cheio” ou bordado “vazio”. Isto é, o critério de avaliação comum para definir o preço de cada peça — instituído a partir do debate coletivo — é a quantidade

de tempo necessária à tarefa de bordar. Esse debate auxilia a consolidação do grupo e o fortalecimento das relações entre as mulheres.

Nesse sentido, o trabalho reprodutivo usufrui dos efeitos úteis daquele combinado, desde que livre de relações sociais opressoras, por meio do trabalho em escalas ou do trabalho social singular.

6 AUTOPRODUÇÃO DO ESPAÇO E DO CONHECIMENTO

A luta dos coletivos de trabalho pelo direito de se decidirem sobre sua vida, bem como sobre a produção do seu espaço, tem como objetivo vencer relações sociais violentas. Segundo Mészáros (2006 [1970]), essa luta ocorre pela prática humana autoconsciente e pela capacidade de o indivíduo reproduzir-se como indivíduo social. O sociólogo marxista norte-americano, Erik Olin Wright, usa a ideia de vida plena para tentar passar um sentimento de que cada indivíduo contribui para uma vida coletiva mais justa:

Uma vida plena é aquela na qual as capacidades e os talentos individuais se desenvolveram de tal forma que lhes é permitido buscar seus desejos, de modo que, num sentido mais amplo, conseguiram realizar tanto seu potencial quanto seus propósitos.

Wright, 2019, 34



Nos estudos de caso, os coletivos de trabalho mostraram que eles superaram essas relações opressoras pela busca coletiva do conhecimento. O saber prático

e o conhecimento teórico possibilitam o livre desenvolvimento das potencialidades humanas. Há várias estratégias de experimentação!

Os exemplos que aparecem aqui demonstram que, quando todos agem conscientes de suas capacidades para contribuir com o coletivo, todos são beneficiados. Ao contrário, quando a prática é individualista, nem todos os membros dos coletivos demonstram capacidade de reproduzir-se como indivíduo social e, assim, superar a alienação.

Vamos a um exemplo. O presidente do coletivo de Artesãos usa os seus saberes, adquiridos quando foi trabalhador assalariado das manufaturas de artesanato em pedra, para proveito próprio. Ele não compartilha sua experiência com todos do coletivo porque predominam relações hierárquicas na associação.

A experiência dele tornou possíveis novos arranjos na ocupação do galpão. Esses arranjos levaram em consideração a saúde dos trabalhadores. Desse modo, as máquinas de corte, que produzem muito óleo, foram colocadas em um canto do galpão e cobertas com panos para absorver o óleo. Isso parece evitar que esse óleo poluente se espalhe por todo o galpão. O próprio galpão foi construído com o fechamento parcial nas laterais, para facilitar a dissipação desse óleo. O ponto de luz foi instalado no posto de trabalho — bem próximo à máquina — e não no teto do galpão.

Já no coletivo Triadoras, o arquiteto que projetou o galpão de triagem não considerou o saber das

trabalhadoras. Apesar do coletivo já existir antes da construção do novo espaço, também os membros da associação não acreditavam na experiência das triadoras na organização do local de trabalho. Todas as decisões em relação à construção do novo lugar foram tomadas pelo arquiteto e pelos funcionários da prefeitura de Belo Horizonte.

A análise das práticas sócio-espaciais só se tornou possível quando a associação ocupou o espaço do galpão e fez as adaptações necessárias por meio de experimentações de leiaute, por tentativa e erro.

Também o coletivo Produtoras Rurais adaptou o seu local de trabalho às suas necessidades depois que ocupou o galpão, cedido e construído pela Prefeitura, para instalação de uma fábrica de confecção de roupas. Neste caso, as costureiras da comunidade buscaram treinamento para atuar em todo o processo de produção de roupas. Mesmo trabalhando de modo parcelado — cada uma trabalha em uma máquina executando tarefas específicas — elas sabem sobre o serviço da outra, de modo que seu trabalho não é alienado.

Por exemplo, na produção de peças de *lingerie*, a modelagem é feita por todas do grupo, que se reúnem na mesa central e discutem sobre novos modelos e possibilidades de ajustes. Simone corta os retalhos com base nos moldes em uma mesa específica para corte. Wilma monta as peças na máquina de *overlock*. Vânia coloca o elástico nas peças em uma máquina de fazer viés. Nica prega o bojo e o reveste com tecido na máquina de costura reta. A peça volta para Wilma que “acia” a

sobra de *lycra* em outra máquina de costura reta. Vânia coloca alças, colchetes e lacinhos e a peça volta para Wilma aparar a sobra de tecido novamente.

À primeira vista, a sequência linear de atividades produtivas destinadas a cada uma das costureiras pode indicar a presença de trabalho alienado, tal qual em uma linha de montagem. Evidentemente, as atividades são separadas em função da especialidade de cada máquina-ferramenta, segundo a divisão manufatureira do trabalho, próprio de uma tecnologia capitalista. No entanto, na fábrica o processo de trabalho ainda está sob o controle do trabalhador porque todos do grupo idealizam as peças, controlam o ritmo de trabalho e demonstram conhecimento de todo o processo de produção.

As peças parciais são colocadas em caixas de papelão, ao lado das máquinas. Quando a caixa está cheia, ela é arrastada por cada uma do grupo para a próxima etapa. Perguntei se isso cansa. Elas disseram que acham ótimo levantar-se, para descansar o corpo. Dizem também que não há um horário de trabalho estipulado, mas que normalmente trabalham das 8h às 16h, e param no intervalo de almoço. (Aliás, percebe-se que às 16h todos da comunidade encerram suas atividades de trabalho. Nesse horário, há um grande fluxo de pessoas na cozinha comunitária, voltando de suas atividades). Elas indicam os critérios que definem o tempo de trabalho: a quantidade de peças encomendadas, o limite do corpo (“eu trabalho até quando meu corpo começar a doer”) e as tarefas domésticas, como cuidar dos filhos.

No mesmo coletivo, há uma equipe de pedreiros responsáveis pela organização da produção dos espaços de uso coletivo. Antes de iniciar uma construção, a equipe conversa com aqueles que vão usar daquele espaço. No caso da construção da cozinha e do refeitório comunitários, a equipe esteve com a cozinheira que, partindo de sua experiência, pediu que a área de preparo de alimento e a área de limpeza do vasilhame ocupassem espaços separados.

A definição do tamanho dos futuros cômodos é feita considerando os próprios ambientes existentes. Com base na experiência do corpo no espaço, é definido que as novas construções serão maiores ou menores daquele tomado como referência. A distribuição dos cômodos é determinada usando croquis. São analisadas várias possibilidades com aqueles que usam os espaços, até se chegar a um acordo final. É importante observar que os moradores conseguem entender os desenhos dos construtores, ou seja, a “planta” da construção.

O grupo de construtores procura informações a respeito dos materiais e técnicas que devem ser usados numa construção. Por exemplo: sabendo que um engenheiro estava visitando a comunidade, o grupo perguntou a esse profissional qual seria a melhor cobertura para cobrir o pátio interno da “casa mãe”. Desse modo, ficaram sabendo que a cobertura termoacústica com engradamento metálico seria a mais adequada porque o vão era grande. Lendo um anúncio de jornal, o grupo de construtores ficou sabendo que iria acontecer um leilão dessas telhas. Com essa informação, puderam

adquirir o material necessário para a cobertura do pátio da "casa mãe".

O desenvolvimento das “capacidades efetivas dos indivíduos” (Mészáros, 2006 [1970]) está presente quando há um interesse em comum. Dessa maneira, os construtores da comunidade aperfeiçoaram seus conhecimentos ao replicarem o aprendizado obtido a partir do trabalho em Belo Horizonte e do contato com novos materiais e técnicas construtivas.

No piso do refeitório comunitário, por exemplo, foi usado o granilite, que é um revestimento de piso e parede feito em concreto com agregado de pedriscos de granito. Como esse piso é feito somente por equipe especializada, os construtores não executaram o trabalho, mas, como já haviam tido contato com outras técnicas de construção, puderam definir a especificação técnica do revestimento para sua comunidade.

Além da experiência adquirida no uso de espaços existentes e na construção de outros espaços, com novos materiais e técnicas construtivas, o grupo de construtores recorreu à informação de um técnico, valendo-se de uma relação de amizade, e à pesquisa de fornecedores de material em outros municípios. O saber fazer e o intercâmbio de ideias contribuíram para o desenvolvimento das capacidades efetivas dos indivíduos, pois eles buscam conhecimento e acessam informações para a produção autônoma do espaço.

No coletivo Artesãos, as máquinas permanecem mecanizadas porque as automatizadas não permitem que

o operador faça sua manutenção. De acordo com o filósofo austríaco Ivan Illich (1973 [1970]), a caixa-preta da máquina mecanizada pode ser aberta pelo operador que, mesmo não tendo conhecimento técnico especializado, é capaz de fazer sua manutenção.

As situações narradas nesta seção falam da livre troca de ideias e de informações técnicas. Trata-se da chamada prática da “mediação”: o técnico especialista (arquiteto, engenheiro, etc) não tem o poder de decidir, mas ajuda os indivíduos a decidirem sobre o seu espaço ao fornecer informações técnicas (Kapp; Baltazar; Morado, 2008). Os croquis, as simulações do espaço e as rodas de conversa são aparatos usados nos processos de produção de espaço, e esses recursos são chamados de interfaces de espacialidade

As Produtoras Rurais demonstraram grande capacidade de refletir sobre o atual estado das coisas, para, em seguida, buscar alternativas. Assim, seus membros autodeterminam vários aspectos da vida cotidiana e da produção do espaço. A história de seus antepassados está presente na memória de todos, de modo que a comunidade não retorne aos tempos de privações. A palavra de ordem é “fartura”, a fim de que ninguém da comunidade passe fome novamente, em função de uma organização patriarcal do trabalho.

Quando a comunidade tem interesse por novos conhecimentos, ela utiliza jogos internos ou realiza intercâmbio cultural com outras comunidades. No caso de jogos internos, o acesso à internet facilita a investigação sobre determinado assunto. Outro modo é procurar dialogar

com os visitantes que vêm de diferentes regiões do Brasil e do exterior.

O desenvolvimento das capacidades efetivas dos integrantes da comunidade fica claro nas falas de cada entrevistado, ao afirmar sua liberdade de escolher as tarefas que ele realiza na comunidade. Enfim, a comunidade busca a autorrealização de seus propósitos, sem dar poderes a instituições reificadas, ou seja, a lugares especializados – como em igrejas, prefeituras, escolas, etc – que tomam decisões em nome da comunidade. Isso indica sua capacidade de estabelecer processos efetivos de autodeterminação de todos os aspectos da vida.

AS PRÁTICAS POLÍTICAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Os coletivos de trabalhadores usam várias estratégias para manter, sob o seu controle, as decisões a respeito do espaço que querem construir e onde querem viver. Quando há um propósito de se alcançar vida plena, suas atividades ganham significado, e as práticas políticas são estabelecidas no cotidiano. Sem esse propósito, o trabalho sem sentido e as relações sociais desiguais persistem.

O coletivo Artesãos adotou práticas como a **ocupação de um terreno vazio** e a autoconstrução de suas casas para garantir a sobrevivência da família. Com a **catação** e a **doação de materiais construtivos**, o coletivo construiu o galpão onde todos trabalham. A **localização do**

espaço de trabalho no mesmo espaço da moradia liberou o coletivo do compromisso de adquirir uma propriedade privada da terra. A **experiência adquirida** no uso de espaços similares permitiu a adequada distribuição das máquinas no novo galpão e manutenção das mesmas. No entanto, nem todo o coletivo tem acesso aos efeitos úteis dessas práticas sócio-espaciais. Quando o presidente da associação escolheu tarefas de menor valor para o restante do coletivo executar, ele lançou mão de relações opressoras entre os membros do grupo.

A produção do espaço do coletivo Triadoras também foi baseada em uma relação hierárquica, que centralizou, nos técnicos, as decisões sobre a construção de um novo galpão de triagem. Essa relação hierárquica é própria da chamada produção heterônoma do espaço. No momento de constituição da associação, os técnicos da prefeitura mobilizaram várias estratégias, dentre elas o que chamamos de capital cultural e o capital social.

O capital cultural é a capacidade do técnico de converter o conhecimento especializado em argumentos de autoridade e, assim, obter os recursos econômicos e não econômicos necessários para a construção do galpão. A principal ferramenta empregada foi a elaboração por um arquiteto de um **projeto técnico**, que forneceu informações sobre a viabilidade técnica e financeira para a construção do novo espaço.

O estabelecimento e a manutenção das **parcerias com os técnicos** são fundamentais para a continuidade das atividades da associação e a permanência dela no galpão. Quando um problema é identificado, o coletivo

busca o conhecimento de técnicos apoiadores, como aqueles que trabalham em ONGs e universidades.

O capital social é a habilidade de se ter **acesso privilegiado à informação**, apoiando-se nas relações sociais. No caso do coletivo Triadoras, seus membros foram previamente informados da agenda de determinados políticos. Assim sendo, o coletivo recebeu a **orientação** da assistente social para estar presente no mesmo dia e local desses políticos, de modo a pressioná-los para a obtenção de decisões favoráveis à associação.

No momento de ocupação do galpão construído, o coletivo de Triadoras empregou recursos próprios da autoprodução do espaço, demonstrando maior capacidade de decisão e, portanto, maior independência em relação aos técnicos. Elas usaram a **tentativa e erro** para organizar internamente a disposição dos postos de trabalho no galpão. As **ampliações e reformas** do galpão foram necessárias, à medida que a quantidade de material para triagem aumentava. Essas modificações no espaço foram possíveis através da **"vaquinha"** e **"mutirão"**.

A **ocupação de uma construção vazia**, ao lado do terreno do galpão, também foi um recurso utilizado pelo coletivo. A presidente da associação conta que os associados olhavam para a construção abandonada de um motel e enxergavam baias para a triagem de material. A área era perfeita para acomodar o material a ser triado, que já não cabia no galpão. A quebra do muro entre a área da construção abandonada e a cooperativa de catadores foi feita aos poucos. Com ferramentas

próprias, eles derrubavam um pouco do muro a cada dia, até a abertura atingir um tamanho suficiente para a passagem dos *bags* (sacos grandes para deposição do material triado).

A **localização da moradia no mesmo lugar do trabalho** ou a localização da moradia próxima ao local de trabalho é uma estratégia necessária para evitar a dependência do péssimo sistema de transporte público e economizar tempo de deslocamento.

Algumas atividades de cuidado, próprias do universo da reprodução, são realizadas no galpão: o **cuidado de crianças** e da **alimentação** do grupo; a destinação de tarefas menos pesadas para **idosos e grávidas**; e a promoção da **ajuda mútua** entre os seus membros, em tarefas corriqueiras, como carregar fardos e transportá-los.

O **horário flexível** das triadoras permite a organização do tempo de trabalho em função de atividades domésticas e de cuidado em casa. Assim, elas podem decidir o horário de chegada e saída do trabalho, de acordo com seus compromissos pessoais: ir ao médico, cuidar de um doente, levar a criança para a escola, etc.

O coletivo Bordadeiras também empregou duas modalidades de produção do espaço – a produção heterônoma e a autoprodução do espaço. O casal que idealizou o projeto social mobilizou capital cultural para definir as bases do **projeto arquitetônico** do espaço do coletivo. Esse casal também fez uso do capital social para conseguir **mão de obra especializada e materiais**

de boa qualidade. Por outro lado, o restante dos integrantes do coletivo mora em casas construídas por eles mesmos, em favelas próximas ao local de trabalho ou em bairros distantes, onde os bordados são realizados.

O coletivo Produtoras Rurais demonstrou capacidade para a produção autônoma do espaço. Ao mesmo tempo que decide sobre a produção do espaço, busca a informação. Os principais recursos mobilizados foram os efeitos úteis do trabalho combinado, a adequação da Força de Trabalho Social e o trabalho de reprodução combinado.

Este estudo de caso em particular demonstrou, de modo positivo, que a produção depende da reprodução, afirmando que as normas são feitas para garantir a vida plena dos membros do coletivo e não para conseguir os ganhos de produtividade, que têm, como objetivo, a concentração de capital.

A superação da produção heterônoma do espaço e a transformação da autoprodução em produção autônoma exigem o livre acesso ao conhecimento (saber fazer e conhecimento técnico), o intercâmbio de ideias e a negociação dos conflitos que os coletivos de trabalho vivem no dia a dia da produção de seus espaços.

Sem idealizar os vínculos sociais construídos na esfera da reprodução, a negociação dos conflitos ocorre em “espaços políticos”, mediante a atuação ativa dos membros da associação, na determinação dos aspectos da vida coletiva e da produção do espaço. Quando a prática política é delegada para uma instância externa,

como nos casos em que os grupos associados dependem de agentes governamentais ou de ONGs, inexistem espaços políticos nas associações. Nessas situações, a vulnerabilidade social está presente em casa ou no trabalho. Os indivíduos exercem atividades de trabalho forçado, necessárias à mera sobrevivência, o que conduz à fragmentação do corpo social da associação, como uma simples somatória de “indivíduos isolados”.

Mesmo quando o espaço de trabalho e de moradia é o mesmo, relações opressoras de gênero ocorrem no caso em que prevalece o modo de produção *putting-out*. O espaço da moradia nesse sistema abriga atividades de produção e de reprodução, mas estão subordinadas a uma hierarquia patriarcal.

Quando a prática política tem, como centro, uma única pessoa, como a presidente da associação, o espaço político é limitado. Dessa forma, ficam menores as possibilidades de emancipação social e política do restante do coletivo. Isso pode ocorrer mesmo nas situações em que a produção e a organização do espaço consideram normas do universo da reprodução (racionalidade reprodutiva). Idosos e dependentes químicos — indivíduos que tradicionalmente não são aceitos pela sociedade — podem ser incluídos no coletivo, mas sempre de modo precário.

Nessas situações de prática política limitada, prevalecem os clichês “homem econômico” e “mulher solidária”, que expressam a racionalidade produtivista de acordo com a qual cabe ao homem decidir sobre o espaço produtivo (trabalho) e cabe à mulher organizar o espaço reprodutivo (casa).

Nos coletivos de trabalho, onde o espaço político é amplo, pois a prática política está presente no cotidiano de todos os membros do grupo, as relações de gênero podem ser questionadas, bem como outras situações de opressão, sendo possível existir relações sociais igualitárias. Em tais situações, prevalece o padrão reprodutivo de produção do espaço que é caracterizado pela articulação entre espaço de moradia e de trabalho; pelos diferentes tipos de espaços de usos e funções variadas; pela autodeterminação da produção do espaço; pela relação de proximidade entre os membros do coletivo; pela coabitação familiar; pela liberdade afetiva de seus membros e pela posse comunal do espaço e de seus meios de reprodução.

Os espaços políticos dos coletivos de trabalho guardam uma força reprodutiva de trabalho social. Nesses espaços, eles seguem duas estratégias de mobilização social: uma mobilização interna, de modo a fortalecer o coletivo, e uma mobilização externa, para protegê-lo de ameaças contra ao seu modo de viver e existir no mundo.

No primeiro caso, as práticas sócio-espaciais internas aos coletivos de trabalho combinam os efeitos úteis das jornadas coletivas com as adequações do trabalho social em uma sociedade capitalista. O encontro periódico em **espaço de uso comum** de membros da associação que moram em lugares dispersos e distantes e a **doação de dinheiro ou de objeto útil**, quando não se pode participar dos mutirões, são exemplos dessas adequações.

No segundo caso, os coletivos de trabalho que apresentam maior organização interna empregam as estratégias de participação em redes de movimentos populares ou em outras redes de relações. Além disso, o capital simbólico permite aos coletivos gozarem de prestígio social em relação a outros grupos sociais. Essa capacidade de organização dos coletivos de trabalho permite a negociação dos termos dos projetos e das ações a serem implantados nas associações pelos agentes do poder público e ONGs, ao invés de os coletivos ficarem reféns das determinações dessas instituições.

O padrão produtivista de produção do espaço é subvertido quando os espaços políticos abrigam espaços de trabalho e de moradia articulados pelos coletivos. Essa articulação abre espaço para a realização de outras atividades muito importantes para a reprodução da vida: dançar, cantar, descansar, encontrar, debater, aprender — enfim, viver.

Nos espaços políticos, os membros do grupo se socializam — realizam encontros, travam discussões e levantam reivindicações. Vão desde uma casa até uma vizinhança, incluindo o local de trabalho. Isso sugere que a organização política do coletivo de trabalho associado se realiza na esfera da reprodução, ou seja, as dicotomias entre casa e trabalho, entre espaço público e privado, não se aplicam nos espaços políticos dos grupos de trabalho associado.

Nessa ocasião, mulheres e homens atuam, ativamente, na produção de seus espaços. Essa racionalidade da reprodução indica a presença de relações sociais mais horizontais entre os seus membros e, portanto, menos opressoras.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014 (1890).

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. **Por uma Arquitetura não planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços**. Impulso (Piracicaba), v. 17, p. 93-103, 2006.

CORAGGIO, José L. **Política social y economía del trabajo**. Alternativas a la política neoliberal para la ciudad, Miño y Dávila Editores, Madrid, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **500 ANOS DE LUTAS SOCIAIS NO BRASIL: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor**. Rev. Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000.

ILLICH, Ivan. **Tools for conviviality**. 1973 (1970). Disponível em: <http://www.opencollector.org/illich_hell.html>. Acesso em: fev 2012.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**. Edição Popular, 1963.

KAPP, Silke. **Autonomia Heteronomia Arquitetura**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 10, n. 11, p. 95-105, 2004. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/>. Acesso em: jul 2009.

KAPP, Silke, BALTAZAR, Ana Paula, MORADO NASCIMENTO, Denise. **Architecture as critical exercise: little pointers towards alternative practices**. In: Alternate Currents, field: (a free journal for architecture), vol. 2, no. 1, October 2008. <www.fieldjournal.org>.

KAPP, Silke; LINO, Sulamita Fonseca. **Na Cozinha dos Modernos**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.15, n.16, 1o sem. 2008.

KAPP, Silke et al. **Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação**. IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia "Inovação e Responsabilidade". Florianópolis: UFSC, 2012.

MARX, Karl. O Capital. **Crítica da Economia Política**. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Volume 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 [1859]. Título original: Das Kapital – Kritik der Politischen Ökonomie Buch I: Des Produktions-process des Kapitals.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas. T. III. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1985 (1875).

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002 (1994). 1102 p. Título original: Beyond Capital – Towards a Theory of Transition. p. 175-346

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006 (1970).

NÚÑEZ, Orlando. **La economía popular asociativa y autogestionaria**. Managua: CIPRES, 1995.

PERLMAN, J. E. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RAZETO, Luis. **“Economia de solidariedade e organização popular”**. In: GADOTTI, M. e GUTIÉRREZ, F. Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 2005 (1993). p. 34-58.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 (2001).

TRAGTENBERG, Maurício. **Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/1939)**. In VENOSA, Roberto (org.). Participação e participações: ensaios sobre autogestão. São Paulo:

Babel Cultural, 1987.

WRIGHT, Erik Olin. **Como ser Anticapitalista no Século XXI?** São Paulo: Boitempo, 2019.

ZERLOTINI DA SILVA, Viviane. **Espaços Coletivos de Trabalho: entre a produção e a reprodução.** Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2014.

GLOSSÁRIO



abrangente que abrange,
que inclui

acesso(a) direito de usar ou
de ter

acerca de a respeito de,
sobre

acumular ajuntar, reunir

adotar seguir, preferir

advento chegada

aglutinar unir

alienado alheio aos
acontecimentos

trabalho alienado trabalho
realizado sem interesse

alto custo (da terra) preço
exagerado da terra

ambulante que anda, que
não permanece no mesmo
lugar

ampliar tornar maior, fazer
crescer

apoderar-se tomar posse,
passar a possuir

apropriar-se: tomar posse;
tomar para si

artesanato produto do
trabalho do artesão

articular ligar, unir

autogoverno governo de si
mesmo

autônomo independente

autoprodução produção para si mesmo

brechas (de liberdade) tempos e espaços de liberdade

bruta (a pedra) pedra não polida, não trabalhada

burguês pertencente à burguesia

burguesia classe social ligada às altas esferas econômicas e às classes dirigentes

buço penugem no lábio superior

assentamentos lugares

aparatos conjunto de elementos que visam mostrar força, poder



capital aquilo que se refere ao acúmulo de riquezas, nas mãos de poucas pessoas

capitalismo sistema econômico que visa ao lucro de poucas pessoas a partir

da exploração do trabalho de muitas pessoas malpagas ou não pagas

capitalista referente a capital

exemplo A economia capitalista concentra lucro

canteiro (de obras) espaço onde se realizam obras

cassar tornar sem efeito
direitos políticos

ceder emprestar, colocar à
disposição

cessão (de um espaço)
empréstimo, transferência

coerção proibição, repressão

coletivo(a) relativo a um
grupo, a muitos

cômodo aposento

compartilhar partilhar, usar
em comum



degradação ato de degradar

degradar tornar desprezível

demanda discussão, disputa

demolir destruir, derrubar

demolição derrubada

desqualifica: tirar a
qualificação, excluir

concentração (de renda)
centralização de renda nas
mãos de poucas pessoas

conflito luta, choque

conformar ajustar, amoldar

consensual em que há
consenso, ou seja, acordo de
ideias, de opiniões

cortiço habitação coletiva de
classes populares

cotidiano diário, de todos os
dias

desassombrado(a) sem
medo

desse modo dessa maneira,
assim

(nos) dizeres de na palavra
da, na expressão de

dispersos espalhados

doméstico(a) referente à
casa, à vida em família

dominante que domina, que
tem autoridade



elaborar criar, levantar

elementar primário

emancipação ato de tornar independente

emergentes que aparecem

empresa organização destinada à produção ou à venda de mercadorias ou serviços

engajamento (político) consciência política

engrenagem (de uma máquina) estrutura, organização

entidade (apoiadora) associação que apoia, dá suporte a

espaço lugares, locais

fanatismo (religioso) dedicação exagerada à religião

fardo peso

fauna conjunto de animais

(em sua) essência em sua natureza

essencial necessário(a), indispensável

etapa fase, estágio

etária (faixa) (faixa) de idade

estratégia forma de planejamento que usa meios para atingir objetivos

exclusão expulsão

exclusivamente somente, unicamente

excomungado condenado (pela Igreja Católica)

execução realização

exímio(a) excelente, ótimo

existência vida

extinção (da igreja) ato de acabar com a igreja



flora conjunto das espécies vegetais de uma região

fomento estímulo, auxílio

folha de flandres lata

fronteira limite

fouveiro ruivo; de cor desbotada e escura



geração (de trabalho)
criação de trabalho

gerar criar

hegemônica que é superior,
que é predominante

heterônimo sujeito a uma lei exterior ou à vontade de outrem; que se submete à vontade de outras pessoas

hierarquia graduação de autoridade

humilhante que humilha, que despreza, vexatório(a)



ideal perfeita, imaginária, fantástica

idealizada aquele que idealiza, que cria



imigrante aquele que entra num país para nele viver

(não) importando o sexo o sexo não é levado em consideração

impetrado pedido, requerido

incipiente que está no começo

legal de acordo com a lei

libertar tornar livre

lingerie roupa de dormir ou roupa de baixo feminina

locupletar enriquecer



mascate mercador ambulante

matéria-prima a substância mais importante na fabricação de alguma coisa

matriarca a mulher considerada como chefe da família

inserir colocar, incluir, participar

instalar acontecer, estabelecer

instância externa foro, tribunal

ir abaixo ser destruído



máxima maior que todas, que está acima de todas

metálicas feitas de metal

meter (no chinelo) ser melhor que

mínimo menor que todos

mobilizar usar, mover

monopolizar (pelos italianos) utilizar ou comercializar de maneira exclusiva; pegar algo unicamente para si

nauseabundo que produz náuseas, ou seja, que produz nojo; nojento

normas (as) regras, diretrizes

O

patriarcal relativo a patriarca

patriarca o homem considerado como chefe de família

parcelar dividir

parceria reunião de pessoas físicas ou jurídicas para o bem comum

periferia (da cidade) região mais afastada do centro urbano que abriga a

N

obtenção ato de obter

obter conseguir alcançar

ocorrer acontecer

olhar a medo olhar com medo

opressão tirania, violência

oprimir tiranizar, exercer violência

P

população de baixa renda

perpetuar fazer durar

(sentido de) pertencimento de pertencer, de fazer parte

plebe povo, camada popular

(vida) plena total, inteira, integral, íntegra, absoluta

possibilitar tornar possível

potências (mundiais)
nações (mundialmente)
poderosas

potencialidades forças,
possibilidades

prazo tempo determinado
ou ajustado

precariedade escassez,
incerteza



realejo instrumento musical
popular

relativa casual, acidental,
não prevista

repassar transferir, passar
para outros

recém-libertos que tinham
sido libertados há pouco
tempo

predominância domínio,
grande quantidade

prevalecer predominar,
suplantar

privilegiar dar privilégio ou
vantagem

pulsar (se) movimentar, (se)
agitar

pungência aflição, dor

putting-out sistema de tra-
balho em domicílio

(caixa de) quinquilharia
(caixa de) minharías, de
coisas sem valor



reciclar tratar resíduos para
serem reutilizados

recursos bens, posses

reduzir transformar

reivindicação ação de reivindicar

reivindicar exigir, reclamar, requerer

remoção ato de remover

remover mover de um lugar para outro

repartir dividir

resistência ação ou efeito



(o) **saber** o conhecimento

salário dinheiro ou aquilo que se recebe por um trabalho com carteira assinada

sediado que tem sua sede

segundo de acordo com

(regras) **severas** leis rigorosas, leis duras

sibilo assovio, assobio, zumbido

de resistir, de não ceder nem sucumbir

(não se) resume a não se limita a

(um) resquício de favela fragmentos da favela original que resistem à remoção

romper suspender, desfazer, quebrar

simular reproduzir, imitar

sobreviver continuar a viver, a existir

(a) **sobrevivência** ato de sobreviver, de continuar a viver

sólido(a) que se opõe a líquido, incorporado

*ver: resíduos sólidos – restos, o que sobrou

subsistência aquilo que é necessário para a vida, para o próprio sustento

superação ato de ir além, de passar por cima

típicas próprias, que caracterizam, que distinguem

tradição memória, recordação

triador(a) aquele ou aquela que faz o serviço da triagem

triagem seleção, escolha, separação



urbano da cidade; relativo à cidade

urbe cidade

urbanista aquele que desenha a cidade, que desenha os equipamentos e serviços relacionados ao transporte, à educação (...) de uma cidade

usufruir aproveitar, fazer uso de; ter a posse de



virada mudança

vital importante, fundamental

voluntário feito por vontade própria; espontâneo





UFMG
ESCOLA DE ARQUITETURA

UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS



FAPEMIG



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



CAPES

ISBN: 978-65-00-11127-9



9 786500 111279

CD